



Consultoria,
Gestão e
Monitoramento

Relatório Mensal de Monitoramento

RMM #9



Data-base: 31/Ago/18

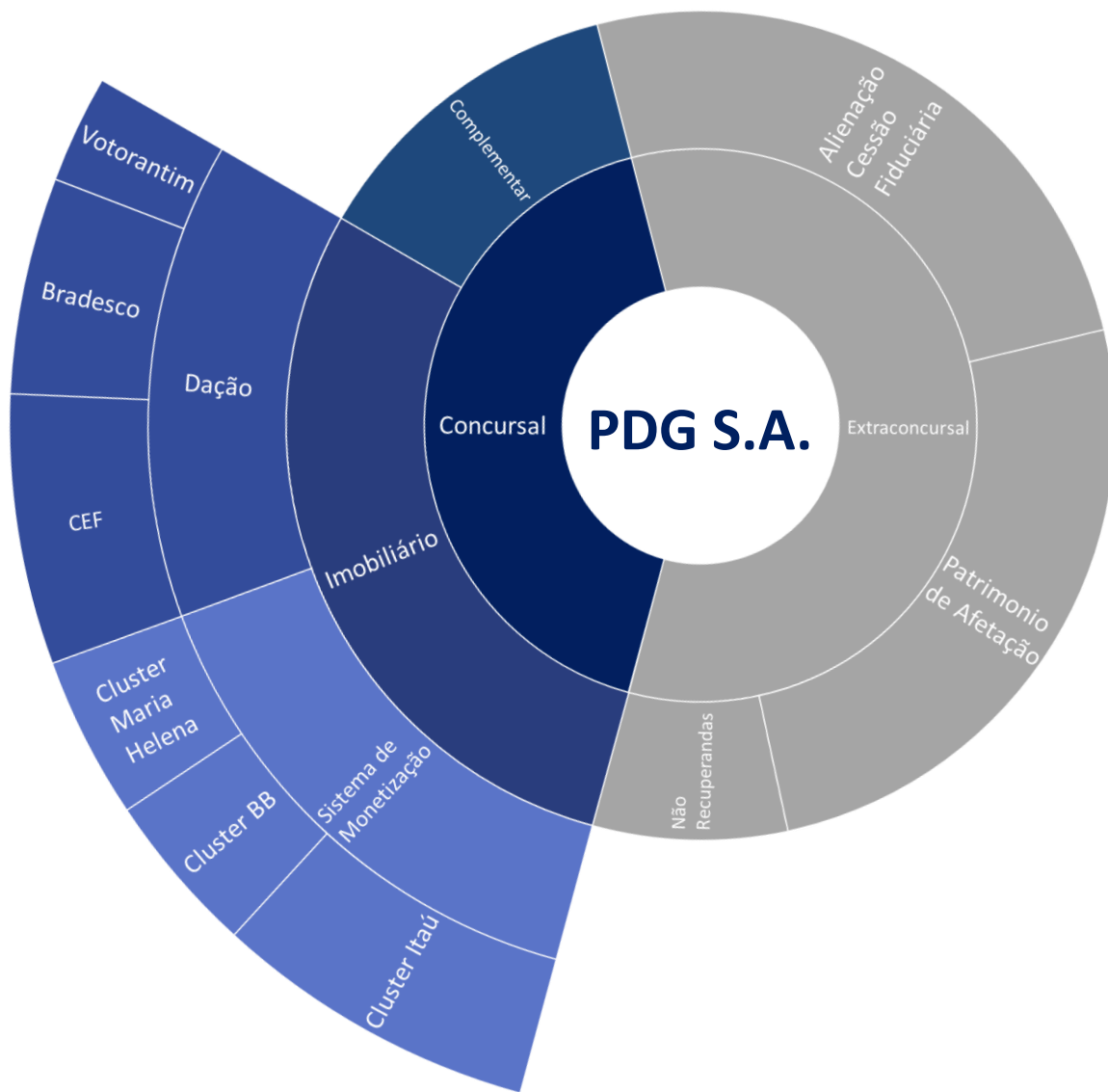
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

Atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro	03
Guia de Monitoramento dos Ativos PDG S.A.	04
Revisão dos Critérios para composição dos Ativos Imobiliários	05
Despesas de Implementação	07
PDG S.A	09
Concursal	13
Ativos Complementares	17
Ativos Imobiliários	21
Sistema de Monetização	22
Cluster Itaú	23
Cluster Banco do Brasil.....	27
Cluster Maria Helena	31
Dação	35
Caixa Econômica Federal.....	37
Bradesco	41
Votorantim.....	45
Anexos	49
Outras Informações Relevantes e Declarações da CCC.....	50
Glossário.....	51
Dicionário de Abreviaturas e Termos.....	59

Atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro

De acordo com o PRJ Homologado, segue abaixo as atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro conforme Cláusulas 4.3.2.11.1 e 4.3.2.8.8.:

Cláusula	Descrição	Status	Obs.
4.3.2.11.1 (i)	Acompanhar as movimentações da Conta Centralizadora do Cluster e da Conta Centralizadora dos Ativos Complementares;	✓	---
4.3.2.11.1 (ii)	Monitorar que os recursos depositados na Conta Centralizadora do Cluster sejam utilizados na forma das Cláusulas 4.3.2.7 e 4.3.2.10 e que os valores depositados na Conta Centralizadora dos Ativos Complementares sejam utilizados na forma das Cláusulas 4.3.2.9 e 4.3.2.10;	✓	---
4.3.2.11.1 (iii)	Avaliar o Teste Anual de Aderência apresentado pelo Grupo PDG, na forma da Cláusula 4.3.2.10.4;	NA	Apresentação anual a partir do 1º aniversário da Homologação do PRJ.
4.3.2.11.1 (iv)	Verificar a atualização gerencial da Base dos Ativos Imobiliários e dos Ativos Complementares para fins de cálculo do valor das Despesas Gerais e Administrativas, nos termos da Cláusula 4.3.2.10.2;	✓	---
4.3.2.11.1 (v)	Adotar a atualização anual do valor dos Ativos Imobiliários e do valor dos terrenos, unidades imobiliárias e recebíveis integrantes dos Ativos Complementares realizada pelos Agentes de Monitoramento Imobiliário, nos termos da Cláusula 4.3.2.10.3;	NA	Elaboração anual a partir do 1º aniversário da Homologação do PRJ pelos Agentes de Monitoramento Imobiliário.
4.3.2.11.1(vi)	Verificar o valor das Despesas Futuras do Cluster de Curto Prazo, o valor das Despesas Futuras do Cluster Totais, o valor das Despesas Futuras dos Ativos Complementares de Curto Prazo e Despesas Futuras dos Ativos Complementares Totais, o Valor de Caixa Mínimo e o Valor de Caixa Mínimo dos Ativos Complementares em ciclos mensais, bem como monitorar o cumprimento das Cláusulas 4.3.2.8.1, 4.3.2.8.2, 4.3.2.8.6, 4.3.2.8.7, 4.3.2.8.8 e 4.3.2.9.1;	✓	---
4.3.2.11.1 (vii)	Monitorar a execução do fluxo de caixa das Recuperandas e das demais sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente;	✓	---
4.3.2.11.1 (viii)	Monitorar os pagamentos previstos neste Plano;	✓	---
4.3.2.11.1 (ix)	Monitorar o cumprimento das Cláusulas 4.3.2.8.3, 4.3.2.8.5 e 4.3.2.10.5;	✓	---
4.3.2.11.1 (x)	Apresentar ao Grupo PDG relatórios mensais (Relatórios Mensais, Relatórios Mensais de Monitoramento ou RMM) consolidando as informações referentes às atribuições previstas nos itens anteriores, os quais deverão ser, na mesma periodicidade, apresentados pelas Recuperandas nos autos da Recuperação Judicial e disponibilizados no website do Grupo PDG, sendo ainda facultado ao Agente de Monitoramento a apresentação de tais relatórios ao Administrador Judicial.	✓	---
4.3.2.8.8	Verificar a Insuficiência de Recursos para composição do Valor do Caixa Mínimo em até 12 meses da Data de Homologação.	✓	---



O PRJ da PDG S.A. aprovado e homologado tem como base fundamental as características das operações de seus Ativos. O PRJ contempla os seguintes **Ativos Concursais**:

- **Ativos Complementares:** Ativos sem operação conforme Cláusula 1.6.11 do PRJ;
- **Ativos Imobiliários:** Ativos derivados de dívidas com garantias reais sem características fiduciárias, conforme Cláusula 1.6.12 do PRJ.

Não estão contemplados no PRJ os seguintes **Ativos Extraconcursais**:

- Empreendimentos sujeitos ao regime de Patrimônio de Afetação;
- Recebíveis, Quotas de SPEs, Unidades e/ou Terrenos cedidas ou alienados fiduciariamente;
- SPEs que não integraram o universo das SPEs recuperandas.

Desta maneira, o monitoramento exigido conforme o PRJ limitar-se-á ao universo dos *ativos concursais*. Porém, a variação dos demais ativos será monitorada com o objetivo de: (i) Compreender a representatividade dos Ativos Concursais em relação ao universo de Ativos Totais; (ii) Monitorar a possível migração de *Ativos Extraconcursais* durante a vigência do PRJ para o universo de *Ativos Concursais*.

Conforme informado pela PDG, os Credores concursais (i) Banco Bradesco, (ii) Transpar Brinks e (iii) Banco Votorantim adotaram pela *opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* (especificado na Cláusula 4.3.3 do PRJ – **Dação em Pagamento**), e no dia 13/Abr/18, a Caixa Econômica Federal abdicou ao Cluster e também passou a adotar a opção B desde então. Neste caso, parte destes ativos serão dacionados ao Credor e o restante irá compor os Ativos Complementares. Esses ativos serão acompanhados de forma segregada dos Clusters enquanto a dação não estiver sendo completamente implementada. Até a data-base deste RMM, apenas o Credor Transpar Brinks teve a dação concluída e portanto a PDG não possui mais ativos em garantia concursal ao Credor.

Conforme informado no Relatório anterior (RMM#8), no dia 30 de Julho o Banco do Brasil notificou a PDG (com cópia ao AMF e ao AJ) solicitando a revisão pela PDG dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários de seu Cluster considerando que (i) fossem excluídos da Base de Ativos Imobiliários do Cluster os valores referentes à créditos cedidos fiduciariamente no Empreendimento Via Ema e (ii) que a PDG adotasse somente o valor atribuído ao terreno do Empreendimento Meridiano, desconsiderando valores referente à estoques e recebíveis deste Empreendimento uma vez que o Banco possui em garantia apenas a hipoteca do Terreno do Empreendimento, e cujos recursos não se destinaram especificamente à construção das unidades imobiliária do projeto. Importante destacar que no RMM#1 (pg 30), o AMF já havia alertado sobre o critério adotado pela PDG para o empreendimento Via Ema.

No dia 29 de Agosto de 2018 a PDG formalizou ao Banco do Brasil que após a notificação recebida, revisitou as premissas do PRJ e que (i) irá reclassificar os recebíveis cedidos fiduciariamente do Empreendimento Via Ema da base de Ativos Imobiliários do Cluster Banco do Brasil como Extraconcursais retroativo a data-base 18/dez/2017 e, (ii) concordou que o valor atribuído à garantia do Banco do Brasil em relação ao Empreendimento Meridiano deverá se restringir ao valor de seu terreno, que terá como base o laudo realizado em 23/jul/2015 (no qual o terreno possui uma avaliação no valor de R\$ 47,3MM).

A reclassificação e alteração dos critérios de avaliação dos Ativos Imobiliários identificados acima e de forma retroativa a 18/Dez/2017, impacta os valores anteriormente informados pela PDG e divulgados em RMMs anteriores os seguintes itens:

- a. Rateio de Despesas de Implementação
- b. Revisão dos valores devidos relativos à contribuição de G&A a ser suportada pelo Cluster Banco do Brasil.

Tais impactos encontram-se resumidamente descritos nesta seção e abordados individualmente nas respectivas seções deste RMM.

Alteração dos Valores no Cluster Banco do Brasil

	Valor em 18/Dez/17 informado no RMM#1	Qtd	Valor em 18/Dez/17 revisado pela PDG	Qtd	Δ Valor	Δ Qtd
Saldo	0,0	-	0,0	-	-	-
Terrenos (sem Meridiano)	36,6	5	36,6	5	-	-
Via Ema	76,7	230	45,9	138	(30,8)	-92
Meridiano	66,6	22	47,3	1	(19,2)	-21
Total	179,9	257	129,8	144	(50,0)	-113

a.1 Alteração do Rateio das Despesas de Implementação

	Total de Ativos em 18/Dez/17 informada no RMM#1 (Credores Classe II)	%	Total de Ativos em 18/Dez/17 revisada pela PDG (Credores Classe II)	%	Δ
CEF	263,8	31,5%	263,8	33,5%	2,0%
Itaú	228,0	27,2%	228,0	28,9%	1,7%
Bradesco	131,5	15,7%	131,5	16,7%	1,0%
Banco do Brasil	179,9	21,5%	129,8	16,5%	-5,0%
Votorantim	20,9	2,5%	20,9	2,6%	0,2%
Transpar Brinks	9,5	1,1%	9,5	1,2%	0,1%
Maria Helena	5,0	0,6%	5,0	0,6%	0,0%
Total	838,5		788,4		

a.2 Impacto da Alteração do Rateio das Despesas de Implementação

	Rateio das Despesas de Implementação - Valores Efetivamente Pagos (Critério anterior)					Rateio das Despesas de Implementação - Valores Efetivamente Pagos (Critério atualizado)					Variações	
	Jun	Jul	Ago	Acumulado (Jun - Ago)	Estimativa PDG em 2018 (Jun - Nov)	Jun	Jul	Ago	Acumulado (Jun - Ago)	Estimativa PDG em 2018	Δ Acumulado (Jun - Ago)	Δ Projetado PDG em 2018 (Jun - Nov)
<i>CEF</i>	4,2	5,1	5,2	14,5	29,7	4,4	5,4	5,5	15,4	31,6	0,9	1,9
<i>Itaú</i>	3,6	4,4	4,5	12,5	25,7	3,8	4,7	4,8	13,3	27,3	0,8	1,6
<i>Bradesco</i>	2,1	2,5	2,6	7,2	14,8	2,2	2,7	2,7	7,7	15,7	0,5	0,9
<i>Banco do Brasil</i>	2,8	3,5	3,5	9,9	20,2	2,2	2,7	2,7	7,6	15,5	(2,3)	(4,7)
<i>Votorantim</i>	0,3	0,4	0,4	1,1	2,4	0,4	0,4	0,4	1,2	2,5	0,1	0,1
<i>Transpar Brinks</i>	0,1	0,2	0,2	0,5	1,1	0,2	0,2	0,2	0,6	1,1	0,0	0,1
<i>Maria Helena</i>	0,1	0,1	0,1	0,3	0,6	0,1	0,1	0,1	0,3	0,6	0,0	0,0
Total	13,3	16,2	16,5	46,0	94,4	13,3	16,2	16,5	46,0	94,4	-	-

b. Impacto da Revisão dos valores devidos relativos à contribuição de G&A a ser suportada pelo Cluster Banco do Brasil

	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Acumulado (Dez - Jul)
<i>Cluster Banco do Brasil (Critério Anterior)</i>	0,2	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	4,2
<i>Cluster Banco do Brasil (Critério Atualizado)</i>	0,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	3,1
Diferença (Critério Atualizado - Critério Anterior)	(0,1)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(1,2)

No Mês de Agosto foram realizados os pagamentos referentes à terceira parcela (3 de 6) das Despesas de Implementação do PRJ para os (i) Credores Classe I e os Credores Classe III e IV que optaram pela opção A do PRJ e (ii) para os recursos concedidos até a data de Aprovação do PRJ (DIP).

O valor efetivamente pago no mês foi de R\$ 16,5MM sendo que houve a contribuição de R\$ 17,1MM dos Clusters/Credores. O Credor CEF contribuiu R\$ 5,0MM, o Cluster Itaú R\$ 5,2MM e o Credor Bradesco R\$ 2,9MM.

Fluxo dos Pagamentos das Despesas de Implementação

	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL
<i>Parcela</i>	<i>1 de 6</i>	<i>2 de 6</i>	<i>3 de 6</i>	<i>4 de 6</i>	<i>5 de 6</i>	<i>6 de 6</i>	
Valor AJ*	17,4	17,4	17,4	17,4	17,4	17,4	104,6
Valor PDG**	15,6	17,1	19,0				51,7
<i>Despesas de Implementação</i>	<i>15,6</i>	<i>15,5</i>	<i>18,2</i>				<i>49,2</i>
<i>DIP</i>	<i>-</i>	<i>1,6</i>	<i>0,9</i>				<i>2,5</i>
Valor Pago	13,3	16,2	16,5				46,0
<i>Despesas de Implementação</i>	<i>13,3</i>	<i>14,6</i>	<i>15,7</i>				<i>43,6</i>
<i>DIP</i>	<i>-</i>	<i>1,6</i>	<i>0,8</i>				<i>2,4</i>
<i>Saldo a Pagar (acumulado)</i>	<i>2,4</i>	<i>3,2</i>	<i>5,7</i>				<i>11,3</i>
Contribuições Realizadas	11,1	9,0	17,1				37,3
Dação CEF	4,9	4,5	5,0				14,3
Cluster Itaú	4,2	3,9	5,2				13,3
Cluster Banco Do Brasil	-	-	4,0				4,0
Dação Bradesco	-	0,7	2,9				3,7
Dação Votorantim	-	-	-				-
Dação Transpar Brinks***	1,9	-	-				1,9
Cluster Maria Helena	-	-	-				-

* Valor AJ – Valor considerado nos Relatórios do Administrador Judicial para pagamento das Despesas de Implementação (Relatório de opções de pagamento dos credores - fls. 147553 a fls. 147.846 (Credores Classe III e IV) e no Edital do Administrador Judicial – fls. 123.607 a fls. 123,634 (Credores Classe I))

** Valor PDG – Valor considerado pela PDG para pagamento das Despesas de Implementação

***A PDG esclarece que “conforme as projeções de caixa que embasaram o PRJ da Companhia, estima-se que o cluster da Brinks contribuiria com R\$ 1,25m de Despesas Gerais e Administrativas. Portanto, do valor pago a PDG de R\$ 3,20m, R\$ 1,95m são referentes ao pagamento das Despesas de Implementação

A PDG solicitou ao AMF o acompanhamento do impacto no saldo de caixa dos Ativos Complementares (“Caixa Livre”) para o pagamento das Despesas de Implementação devido à (i) eventual indisponibilidade de caixa nas contas centralizadoras de alguns clusters e à (ii) não efetivação/conclusão da dação dos Credores Imobiliários que optaram pela Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários (Dação em pagamento, conforme especificado na Cláusula 4.3.3). O controle abaixo já contempla a alteração retroativamente da parcela que cada Cluster/Credor deveria contribuir para pagamento das Despesas de Implementação.

Para o cumprimento do terceiro mês de pagamento das Despesas de Implementação houve contribuições do Cluster Itaú, Cluster Banco do Brasil, do Credor Caixa Econômica Federal e Credor Bradesco. A tabela abaixo demonstra o impacto no caixa dos Ativos Complementares para o pagamento das Despesas de Implementação e a contribuição de cada Cluster/Credor, considerando que todos os Credores Classe II devessem contribuir para o pagamento das Despesas de Implementação como se fossem Clusters. Desta forma, a utilização do caixa dos Ativos Complementares para pagamento de Despesas de Implementação acumulando de Junho a Agosto foi de (R\$ 8,7MM).

Impacto no Saldo de Caixa dos Ativos Complementares

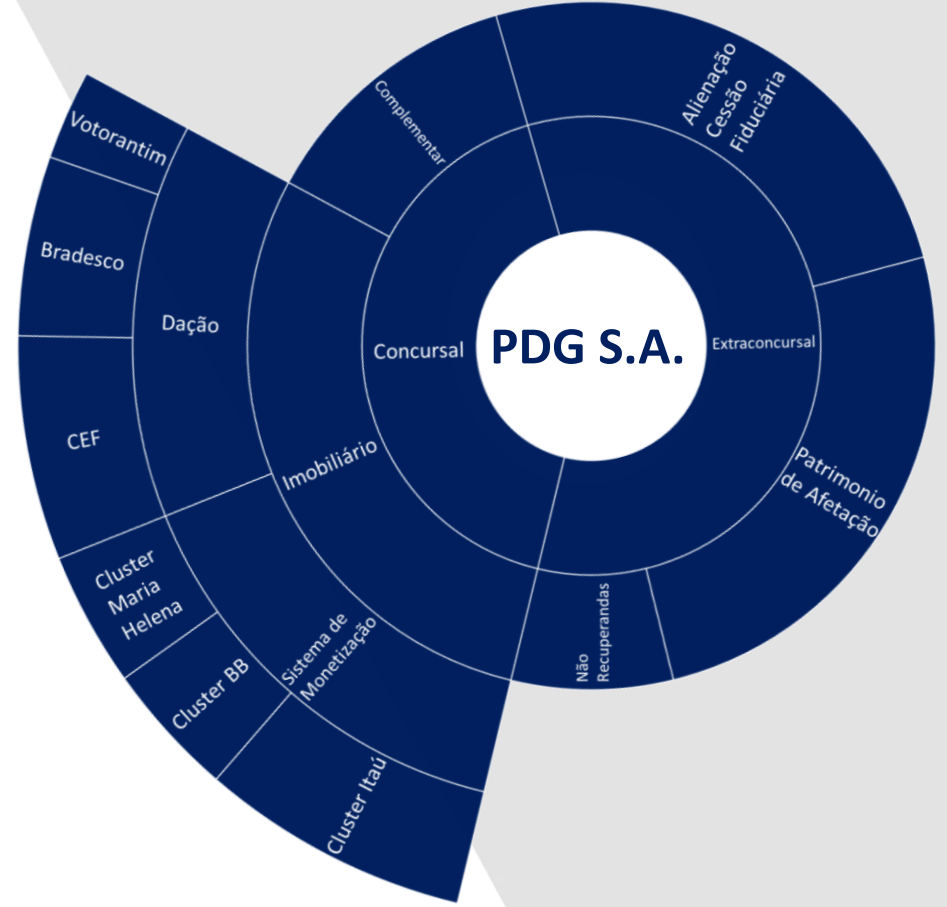
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL
Impacto no saldo de Caixa dos Ativos Complementares para o pagamento das Despesas de Implementação	(2,1)	(7,2)	0,6				(8,7)
Cluster Itaú	0,4	(0,8)	0,4				(0,0)
<i>Contribuição Realizada</i>	4,2	3,9	5,2				13,3
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(3,8)	(4,7)	(4,8)				(13,3)
Cluster Banco Do Brasil	(2,2)	(2,7)	1,3				(3,5)
<i>Contribuição Realizada</i>	-	-	4,0				4,0
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(2,2)	(2,7)	(2,7)				(7,6)
Cluster Maria Helena	(0,1)	(0,1)	(0,1)				(0,3)
<i>Contribuição Realizada</i>	-	-	-				-
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(0,1)	(0,1)	(0,1)				(0,3)
Dação CEF	0,5	(1,0)	(0,5)				(1,0)
<i>Contribuição Realizada</i>	4,9	4,5	5,0				14,3
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(4,4)	(5,4)	(5,5)				(15,4)
Dação Bradesco	(2,2)	(2,0)	0,2				(4,0)
<i>Contribuição Realizada</i>	-	0,7	2,9				3,7
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(2,2)	(2,7)	(2,7)				(7,7)
Dação Votorantim	(0,4)	(0,4)	(0,4)				(1,2)
<i>Contribuição Realizada</i>	-	-	-				-
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(0,4)	(0,4)	(0,4)				(1,2)
Dação Transpar Brinks*	1,8	(0,2)	(0,2)				1,4
<i>Contribuição Realizada</i>	1,9	-	-				1,9
<i>Rateio das Despesas de Implementação e DIP efetivamente pagas</i>	(0,2)	(0,2)	(0,2)				(0,6)

*A PDG esclarece que “conforme as projeções de caixa que embasaram o PRJ da Companhia, estima-se que o cluster da Brinks contribuiria com R\$ 1,25m de Despesas Gerais e Administrativas. Portanto, do valor pago a PDG de R\$ 3,20m, R\$ 1,95m são referentes ao pagamento das Despesas de Implementação

PDG S.A.

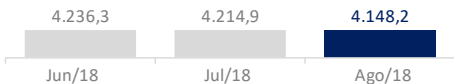
Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18



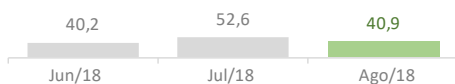
Total de Ativos
PDG S.A.

4.148,2



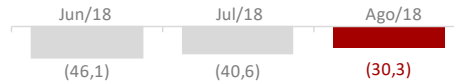
Entradas Operacionais

40,9



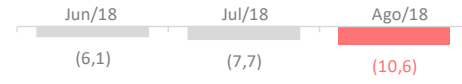
Despesas Totais

(30,3)

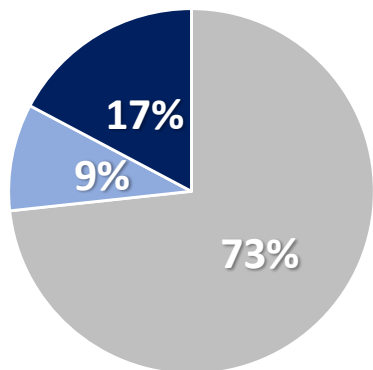


Despesas Gerais e Administrativas
(G&A)

(10,6)

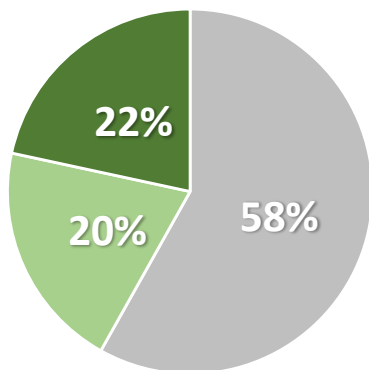


Distribuição dos Ativos %



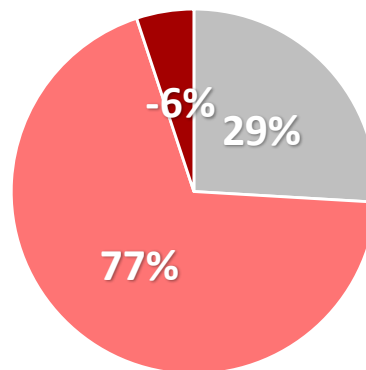
■ Extraconcursal ■ Complementar ■ Imobiliário

Distribuição das Entradas %



■ Extraconcursal ■ Complementar ■ Imobiliário

Distribuição das Despesas %



■ Extraconcursal ■ Complementar ■ Imobiliário

Reembolso G&A no Período

Extraconcursal	-
Imobiliário	-
CEF	-
Itaú	-
Banco do Brasil	-
Maria Helena	-
Total	-

Valores a Reembolsar G&A

Imobiliário	7,4
CEF	3,3
Itaú	0,6
Banco do Brasil	3,5
Maria Helena	-
Total	7,4

Distribuição dos Ativos

Extraconcursal	3.040,4
Complementar	392,7
Imobiliário	715,1
CEF	243,8
Itaú	197,6
Bradesco	120,7
Banco do Brasil	127,0
Votorantim	20,9
Maria Helena	5,1
Total	4.148,2

Distribuição das Entradas

Extraconcursal	23,8
Complementar	8,3
Imobiliário	8,8
CEF	2,3
Itaú	4,8
Bradesco	1,7
Banco do Brasil	0,0
Votorantim	0,0
Maria Helena	0,0
Total	40,9

Distribuição das Despesas

Extraconcursal	(8,7)
Complementar	(23,2)
Imobiliário	1,7
CEF	(0,1)
Itaú	(0,6)
Bradesco	2,4
Banco do Brasil	(0,0)
Votorantim	0,0
Maria Helena	(0,0)
Total	(30,3)

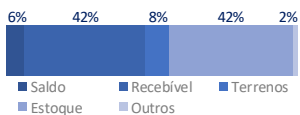
Status Negociações G&A %



■ Concursal - Aprovado no PRU ■ Extraconcursal - PA
■ Extraconcursal Aprovado ■ Extraconcursal - Em negociação

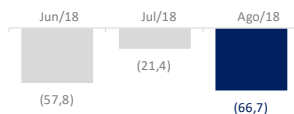
Total de Ativos
PDG S.A.⁴

4.148,2



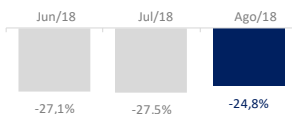
Varição dos Ativos

(66,7)



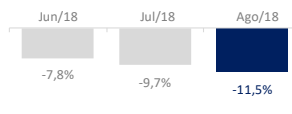
Ajuste Preço de Venda
Realizada¹

-24,8%

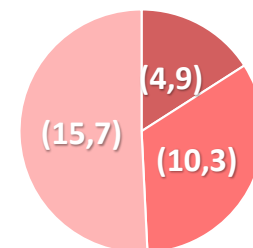


Ajuste Monetização de
Recebíveis - Clientes²

-11,5%



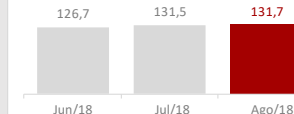
Tipo de Despesa³



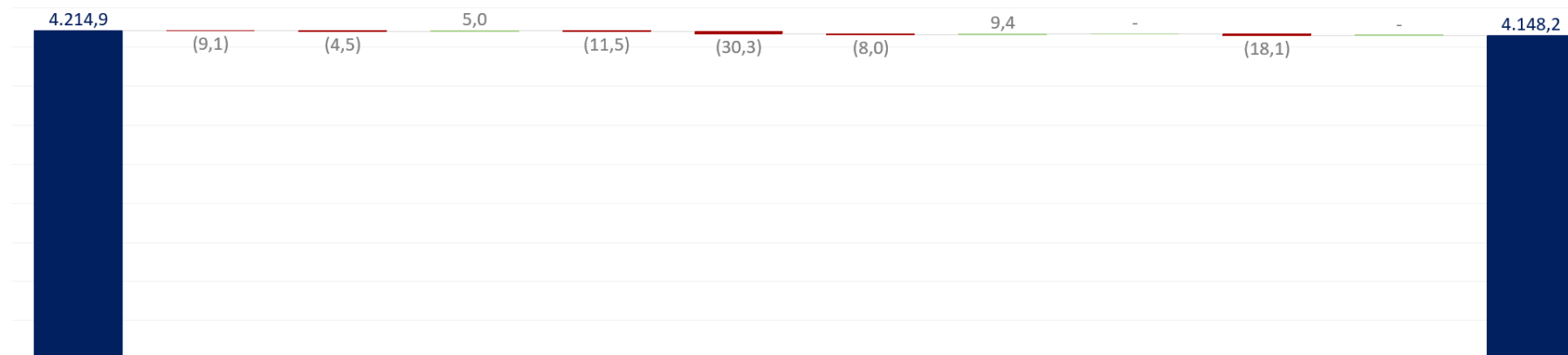
■ Despesas Diretas
■ G&A
■ Despesas de Implementação

Despesas Totais
Vencidas

131,7



Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	4.214,9	(9,1) ¹	(4,5) ²	5,0	(11,5)	(30,3) ³	(8,0)	9,4	-	(18,1)	-	4.148,2 ⁴
1-Saldo	249,2	-	35,8	5,0	-	(30,3)	(8,0)	-	-	0,3	-	252,4
2-Recebível	1.738,9	28,5	(40,3)	-	(9,9)	-	-	9,4	-	(0,8)	-	1.725,8
3-Estoque	1.864,7	(37,6)	-	-	(1,5)	-	-	-	-	(65,4)	-	1.760,1
4-Terrenos	296,2	-	-	-	-	-	-	-	-	47,3	-	343,6
5-Rec. Terrenos	35,9	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-	36,4
6-NAV	29,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29,9

- **Outras Variações - Recebível:**

- (R\$ 1,1MM) referente à exclusão dos recebíveis do Empreendimento Meridiano em função da alteração dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM)
- (R\$ 0,4MM) referente à baixa retroativa de duas unidades dos Ativos Extraconcursais dos empreendimentos “Residencial Alameda do Sul” e “Conquista Santo André”.
- R\$ 0,5MM referente à adição de 2 unidades dos loteamentos “Mais Viver” e “Buona Vita Florença” pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclareceu que “conforme informado no RMM #2, o trabalho de revisão da base de ativos segue em andamento e, caso necessário, apresentará os ajustes necessários”.

- **Outras Variações - Estoque:**

- (R\$ 65,5MM) referente à exclusão das unidades em estoque do Empreendimento Meridiano em função da alteração dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM).
- R\$ 0,1MM referente à inclusão de um lote do Empreendimento “Reserva do Vale” no estoque pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclarece que “o lote estava destinado ao sócio no encerramento de parceria em 2016, porém, houve uma atualização desta divisão e o lote ficou para a PDG”.

- **Outras Variações - Terrenos:**

- R\$ 47,3MM referente à inclusão do Terreno Meridiano em contrapartida da exclusão das unidades em estoque e recebíveis atribuídos à este Ativo em função da alteração dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM).

- **Outras Entradas Operacionais:**

- R\$ 1,5MM referente à Distratos de Terreno
- R\$ 1,0MM referente à desbloqueio judicial.

- **Despesas de Implementação:**

- No Mês de Agosto foram realizados os pagamentos referentes à terceira parcela (3 de 6) das Despesas de Implementação do PRJ para os (i) Credores

Classe I e os Credores Classe III e IV que optaram pela opção A do PRJ e (ii) para os recursos concedidos até a data de Aprovação do PRJ (DIP).

- O valor efetivamente pago no mês foi de R\$ 16,5MM sendo que houve a contribuição de R\$ 17,1MM dos Clusters/Credores. O Credor CEF contribuiu R\$ 5,0MM, o Cluster Itaú R\$ 5,2MM e o Credor Bradesco R\$ 2,9MM.

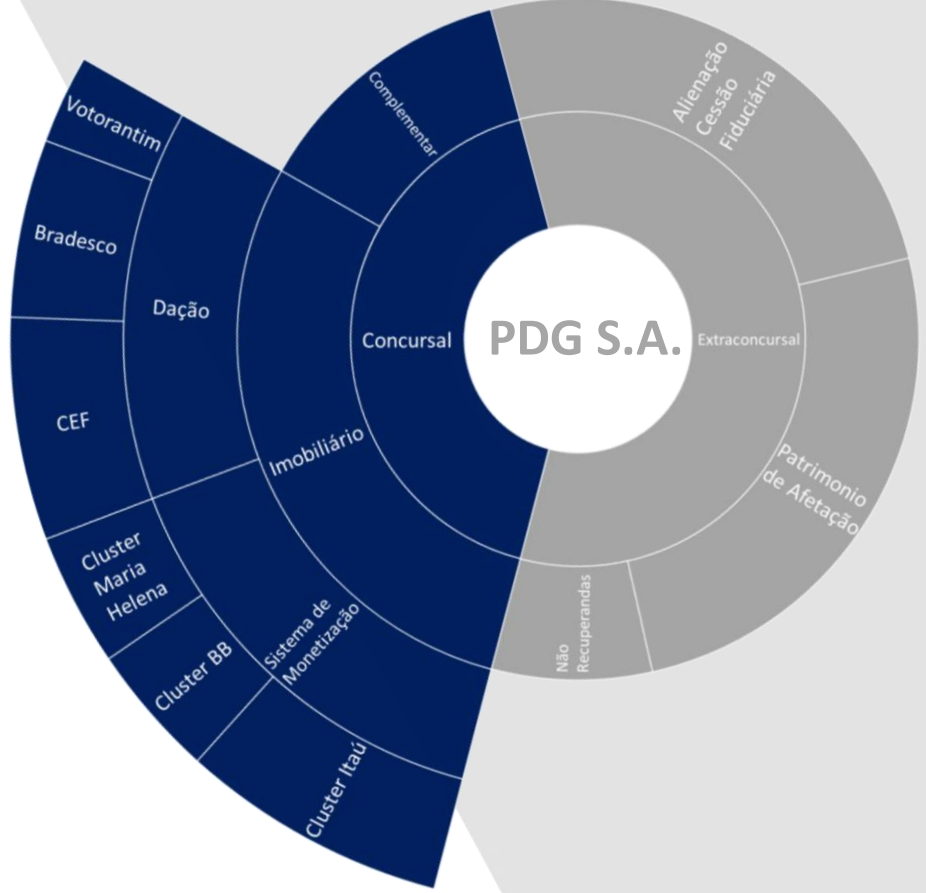
- **Refis e Créditos Tributários :**

- No período monitorado a PDG recebeu R\$ 3,5MM referente à créditos tributários.

- **Despesas Totais Vencidas:**

- Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A. - Concursal

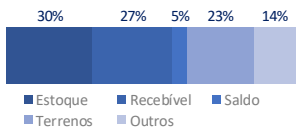


Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
 Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

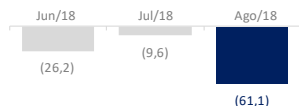
Total de Ativos⁴

1.107,8



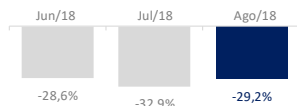
Varição dos Ativos

(61,1)



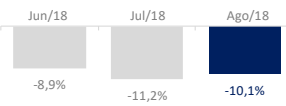
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-29,2%

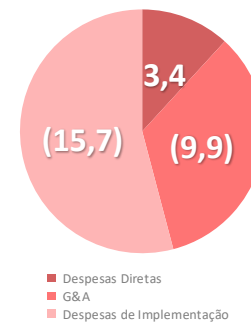


Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-10,1%

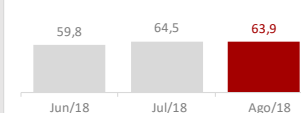


Tipo de Despesa³

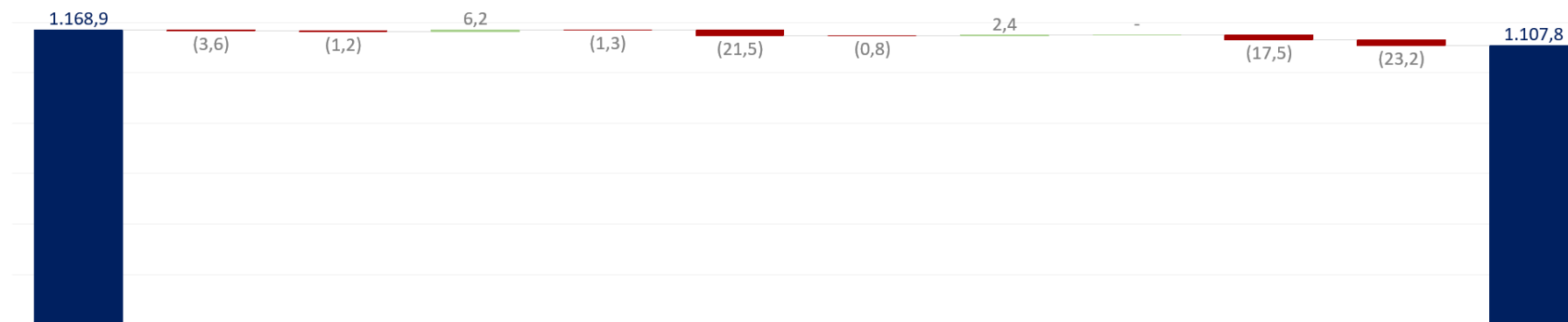


Despesas Totais Vencidas

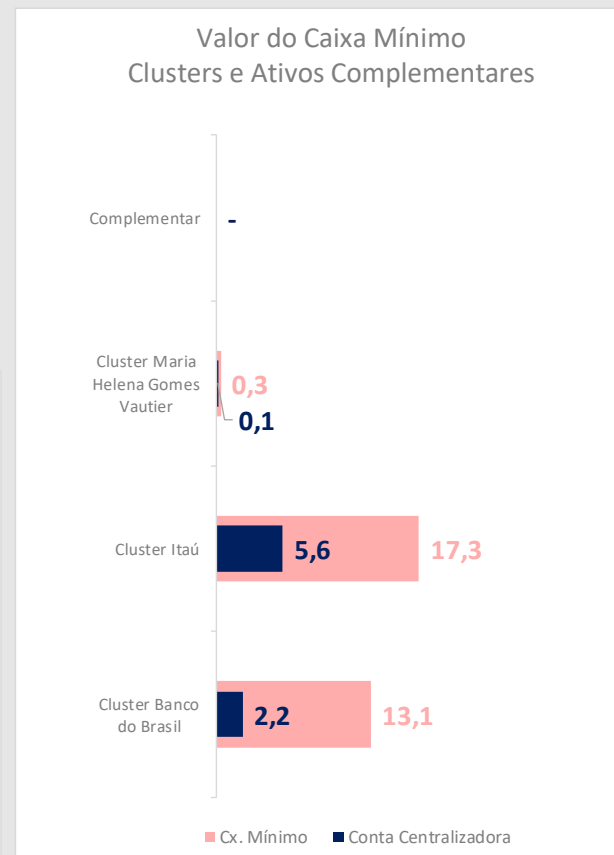
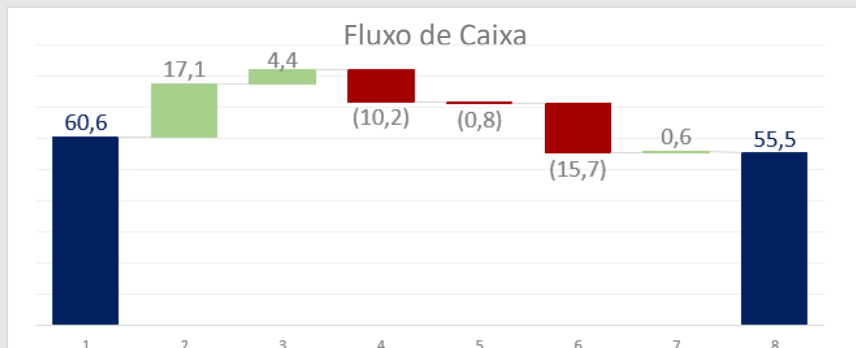
63,9



Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18

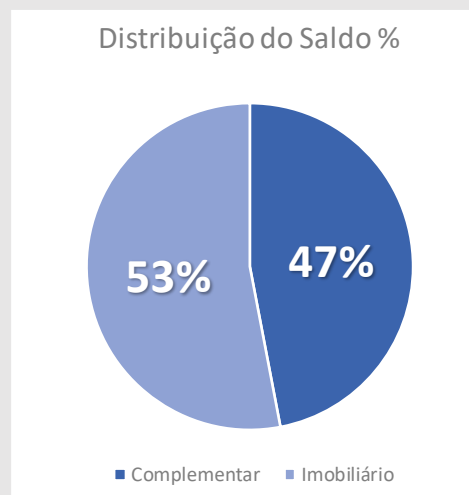


	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	1.168,9	(3,6) ¹	(1,2) ²	6,2	(1,3)	(21,5) ³	(0,8)	2,4	-	(17,5)	(23,2)	1.107,8 ⁴
1-Saldo	60,6	-	11,0	6,2	-	(21,5)	(0,8)	-	-	0,6	-	55,5
2-Recebível	314,4	9,6	(12,2)	-	(4,3)	-	-	2,4	-	(0,5)	(6,2)	303,3
3-Estoque	424,9	(13,2)	-	-	2,9	-	-	-	-	(65,4)	(17,0)	332,1
4-Terrenos	209,4	-	-	-	-	-	-	-	-	47,3	-	256,7
5-Rec. Terrenos	35,9	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-	36,4
6-NAV	123,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123,7



FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18	3T2018	2018	Desde Início
	(M-1)	TRI	ANO	Pós PRJ
1 - Saldo Inicial	60,6	53,9	44,9	46,2
2 - Entradas Operacionais	17,1	53,8	142,2	145,3
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	4,4	(2,1)	(16,5)	(20,5)
Assistência Técnica	(0,1)	(0,2)	(0,5)	(0,5)
Cond/ IPTU	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Contencioso Futuro	0,7	(0,4)	0,2	(0,4)
Custo a incorrer	(0,1)	(0,2)	(0,8)	(1,1)
Custos de incorporação	(0,2)	(0,4)	(1,3)	(1,4)
Custos indiretos - Repasse	(0,2)	(0,5)	(1,0)	(1,0)
Impostos	(0,9)	(1,7)	(8,7)	(11,8)
Jurídico	(0,6)	(1,2)	(5,9)	(5,9)
Marketing	(0,1)	(0,1)	(0,3)	(0,3)
Movimentação SFH	2,5	0,3	(0,4)	(0,5)
Outros	(0,1)	(0,9)	(1,3)	(1,3)
Refis e Créditos Tributários	3,4	3,3	3,6	3,6
4 - Despesas Gerais e Administrativas	(10,2)	(17,7)	(63,9)	(69,0)
5 - Dívida Corporativa	(0,8)	(2,4)	(2,7)	1,5
6 - Despesas de Implementação	(15,7)	(30,3)	(43,7)	(43,7)
7 - Outras Movimentações	0,6	0,8	(4,5)	(4,0)
8 - Saldo Final	55,5	55,5	55,5	55,5



Distribuição do Saldo

Complementar	26,1
Imobiliário	29,4
CEF	2,1
Itaú	17,6
Bradesco	7,5
Banco do Brasil	2,2
Votorantim	0,0
Maria Helena	0,1
Total	55,5

Conforme previsto na Cláusula 4.3.2.8 do PRJ, os saldos das Contas Centralizadoras dos Clusters e da Conta Centralizadora dos Ativos Complementares estão sujeitos à Política de Caixa Mínimo. Os Credores com garantia real que optaram pela *Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* não estão sujeitos à essa política. Vale ressaltar que em nenhum Cluster o saldo da conta centralizadora ultrapassou o valor do Caixa Mínimo

- **Outras Variações - Saldo:**

- No período monitorado houve as seguintes transferência entre os Ativos Complementares e as demais classes de Ativos:
 - R\$ 3,9MM recebido dos Ativos Extraconcursais.
 - (R\$ 3,2MM) enviado para Ativos Extraconcursais.

- **Outras Variações - Recebível:**

- (R\$ 1,1MM) referente à exclusão dos recebíveis do Empreendimento Meridiano em função da alteração dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM).
- R\$ 0,5MM referente à adição de 2 unidades dos loteamentos “Mais Viver” e “Buona Vita Florença” pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclareceu que “conforme informado no RMM #2, o trabalho de revisão da base de ativos segue em andamento e, caso necessário, apresentará os ajustes necessários”.

- **Outras Variações - Estoque:**

- (R\$ 65,5MM) referente à exclusão das unidades em estoque do Empreendimento Meridiano em função da alteração dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM).
- R\$ 0,1MM referente à inclusão de um lote do Empreendimento “Reserva do Vale” no estoque pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclarece que “o lote estava destinado ao sócio no encerramento de parceria em 2016, porém, houve uma atualização desta divisão e o lote ficou para a PDG”.

- **Outras Entradas Operacionais:**

- R\$ 1,5MM referente à Distratos de Terreno.
- R\$ 1,0MM referente à desbloqueio judicial.

- **Dívida Corporativa:**

- Conforme definição de “Despesas de Implementação” na cláusula 1.6.47 do PRJ, os recursos concedidos no interregno compreendido entre a Data do Pedido e a Homologação Judicial fazem parte das Despesas de Implementação. No mês de Agosto foi realizado o pagamento de (R\$ 0,8MM) referente ao recurso concedido neste critério em 22 de Junho de 2017 e que está listado no Anexo 1.6.47 no PRJ (CCB nº 100117060010600 cujo credor é o Itaú Unibanco).

- **Despesas de Implementação:**

- No Mês de Agosto foram realizados os pagamentos referentes à terceira parcela (3 de 6) das Despesas de Implementação do PRJ para os (i) Credores Classe I e os Credores Classe III e IV que optaram pela opção A do PRJ e (ii) para os recursos concedidos até a data de Aprovação do PRJ (DIP).
- O valor efetivamente pago no mês foi de R\$ 16,5MM sendo que houve a contribuição de R\$ 17,1MM dos Clusters/Credores. O Credor CEF contribuiu R\$ 5,0MM, o Cluster Itaú R\$ 5,2MM e o Credor Bradesco R\$ 2,9MM.

- **Refis e Créditos Tributários:**

- No período monitorado a PDG recebeu R\$ 3,5MM referente à créditos tributários.

- **Movimentação SFH:**

- No período monitorado a Credor Bradesco restituiu R\$ 2,5MM em seu Cluster referente à amortizações realizadas equivocadamente nos meses anteriores.

- **Alteração de Classificação:**

- Em função da alteração dos critérios para a composição dos Ativos Imobiliários pela PDG (mais detalhes na pg. 5 e 6 deste RMM), a PDG retirou (R\$ 13,5MM) de recebíveis e (R\$ 17,0MM) de unidades em Estoque de unidades cedidas fiduciariamente do Empreendimento Via Ema e classificou estes Ativos como Extraconcursais.
- No período monitorado o PDG reclassificou 133 recebíveis de unidades, totalizando R\$ 7,4MM que estavam classificadas como “Extraconcursais” e passaram a integrar os Ativos Complementares. Questionada, a PDG informou que “foi realizada uma revisão na base”.

- **Despesas Totais Vencidas:**

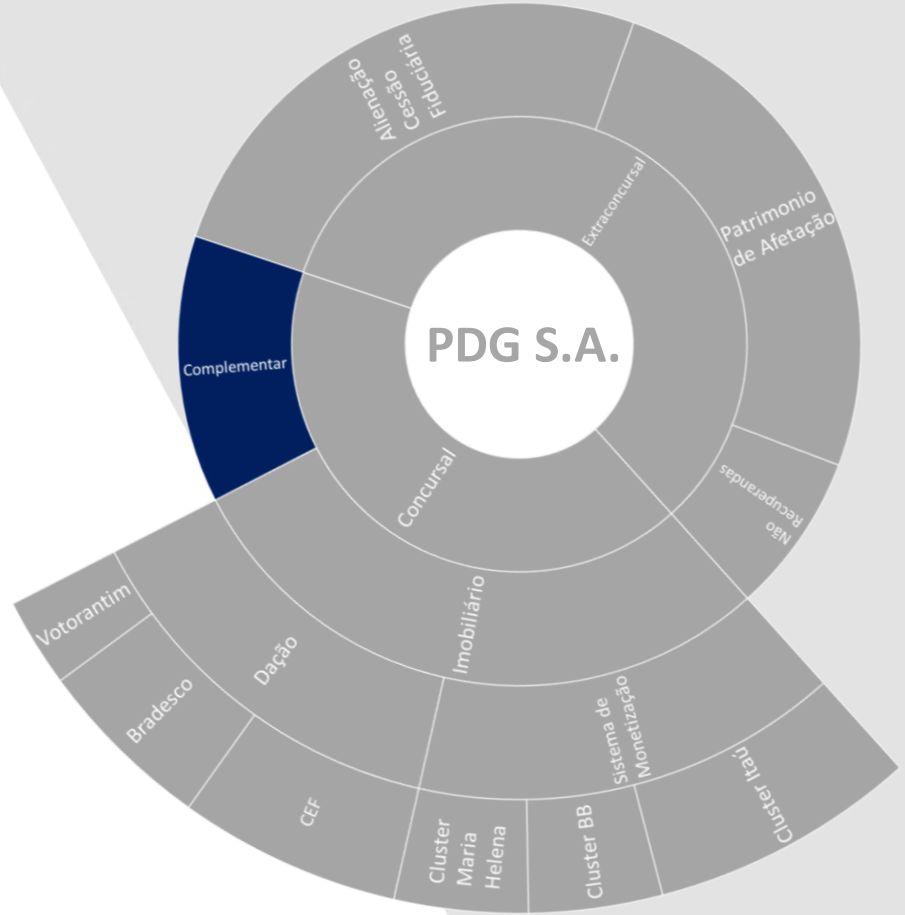
- Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A.

Ativos Complementares

Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
 Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

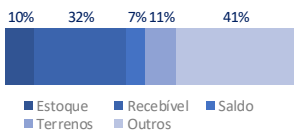


VARIAÇÃO DE ATIVOS | Ativos Complementares

01 a 31 | Ago/18
R\$ MM

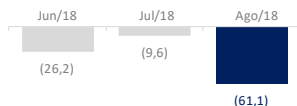
Total de Ativos⁴

392,7



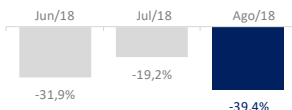
Varição dos Ativos

6,0



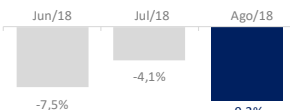
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-39,4%

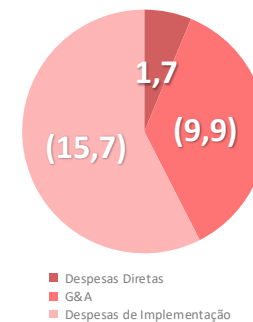


Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-9,2%

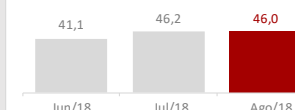


Tipo de Despesa³

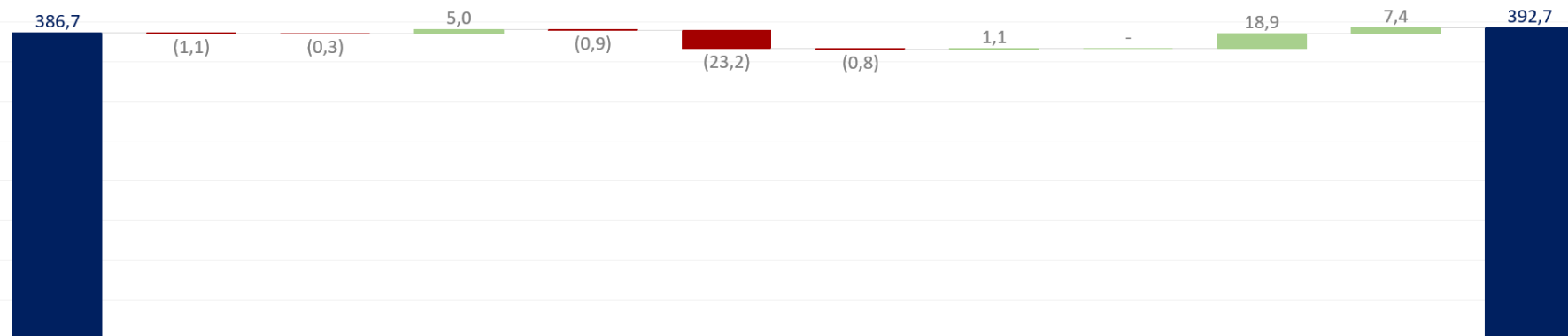


Despesas Totais Vencidas

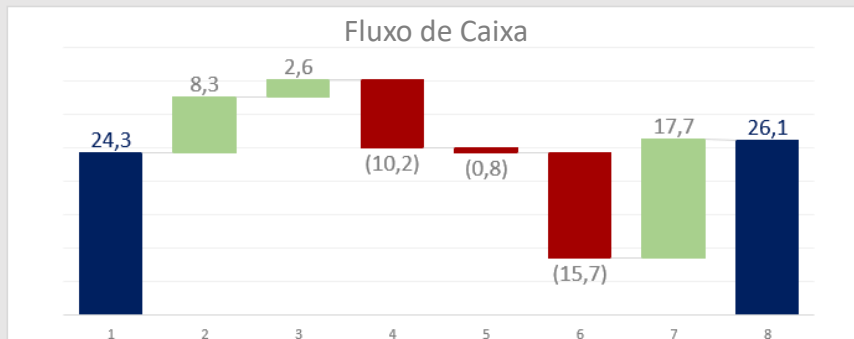
46,0



Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18

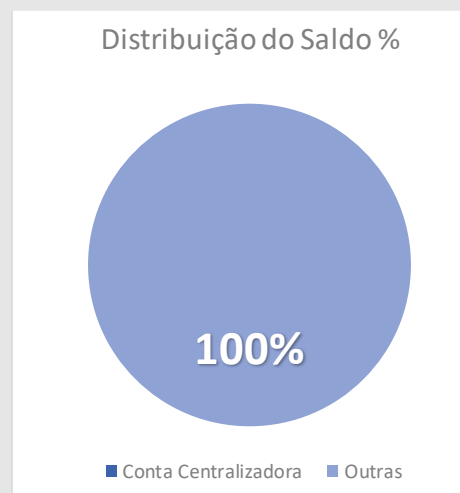


	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	386,7	(1,1) ¹	(0,3) ²	5,0	(0,9)	(23,2) ³	(0,8)	1,1	-	18,9	7,4	392,7 ⁴
1-Saldo	24,3	-	3,3	5,0	-	(23,2)	(0,8)	-	-	17,7	-	26,1
2-Recebível	117,0	2,3	(3,6)	-	(0,0)	-	-	1,1	-	0,6	7,4	124,9
3-Estoque	43,2	(3,4)	-	-	(0,8)	-	-	-	-	0,1	-	39,0
4-Terrenos	42,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,6
5-Rec. Terrenos	35,9	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-	36,4
6-NAV	123,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123,7



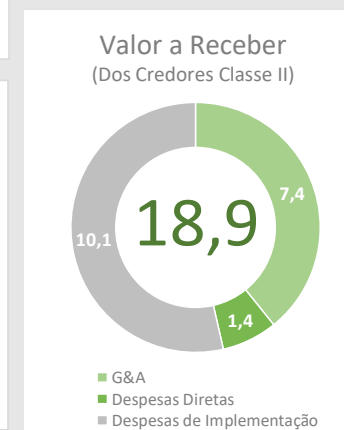
FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18	3T2018	2018	Desde Início Pós PRJ
	(M-1)	TRI	ANO	
1 - Saldo Inicial	24,3	25,7	33,9	35,6
2 - Entradas Operacionais	8,3	22,9	72,4	74,9
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	2,6	(0,6)	(10,6)	(14,0)
Assistência Técnica	(0,1)	(0,1)	(0,3)	(0,3)
Cond/ IPTU	(0,0)	(0,0)	(0,0)	0,0
Contencioso Futuro	0,7	0,1	1,5	0,9
Custo a incorrer	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,8)
Custos de incorporação	(0,1)	(0,2)	(0,8)	(0,9)
Custos indiretos - Repasse	(0,2)	(0,5)	(0,9)	(0,9)
Impostos	(0,5)	(1,3)	(6,6)	(9,2)
Jurídico	(0,4)	(0,9)	(4,9)	(4,9)
Marketing	(0,0)	(0,0)	(0,1)	(0,1)
Movimentação SFH	(0,0)	(0,0)	(0,1)	(0,1)
Outros	(0,1)	(0,9)	(1,3)	(1,3)
Refis e Créditos Tributários	3,4	3,3	3,6	3,6
4 - Despesas Gerais e Administrativas	(10,2)	(17,7)	(63,9)	(69,0)
5 - Dívida Corporativa	(0,8)	(2,4)	(2,7)	1,5
6 - Despesas de Implementação	(15,7)	(30,3)	(43,7)	(43,7)
7 - Outras Movimentações	17,7	28,7	40,8	40,8
8 - Saldo Final	26,1	26,1	26,1	26,1



Caixa Mínimo

O valor do Caixa Mínimo dos Ativos Complementares não pode ser verificado pelo Agente de Monitoramento Financeiro neste RMM conforme a Consideração Adicional sobre o Caixa Mínimo.



• Outras Variações - Saldo:

- No período monitorado houve as seguintes transferência entre os Ativos Complementares e as demais classes de Ativos:
 - R\$ 17,1MM referente às contribuições para pagamento de Despesas de Implementação (R\$ 5,0MM do Credor Caixa Econômica Federal, R\$ 5,2MM do Cluster Itaú, R\$ 2,9MM do Credor Bradesco e R\$ 4,0MM do Cluster Banco do Brasil)
 - R\$ 3,9MM recebido dos Ativos Extraconcursais.
 - (R\$ 3,2MM) enviado para Ativos Extraconcursais.

• Outras Variações - Recebível:

- R\$ 0,5MM referente à adição de 2 unidades dos loteamentos “Mais Viver” e “Buona Vita Florença” pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclareceu que “conforme informado no RMM #2, o trabalho de revisão da base de ativos segue em andamento e, caso necessário, apresentará os ajustes necessários”.

• Outras Variações - Estoque:

- R\$ 0,1MM referente à inclusão de um lote do Empreendimento “Reserva do Vale” no estoque pertencente aos Ativos Complementares. A PDG esclarece que “o lote estava destinado ao sócio no encerramento de parceria em 2016, porém, houve uma atualização desta divisão e o lote ficou para a PDG”.

• Outras Entradas Operacionais:

- R\$ 1,5MM referente à Distratos de Terreno
- R\$ 1,0MM referente à desbloqueio judicial.

• Dívida Corporativa:

- Conforme definição de “Despesas de Implementação” na cláusula 1.6.47 do PRJ, os recursos concedidos no interregno compreendido entre a Data do Pedido e a Homologação Judicial fazem parte das Despesas de Implementação. No mês de Agosto foi realizado o pagamento de (R\$ 0,8MM) referente ao recurso concedido neste critério e que está listado no Anexo 1.6.47 no PRJ (CCB nº 100117060010600 cujo credor é o Itaú Unibanco).

• Refis e Créditos Tributários:

- No período monitorado a PDG recebeu R\$ 3,5MM referente à créditos tributários.

• Despesas de Implementação:

- No Mês de Agosto foram realizados os pagamentos referentes à terceira parcela (3 de 6) das Despesas de Implementação do PRJ para os (i) Credores Classe I e os Credores Classe III e IV que optaram pela opção A do PRJ e (ii) para os recursos concedidos até a data de Aprovação do PRJ (DIP).
- O valor efetivamente pago no mês foi de R\$ 16,5MM sendo que houve a contribuição de R\$ 17,1MM dos Clusters/Credores. O Credor CEF contribuiu R\$ 5,0MM, o Cluster Itaú R\$ 5,2MM e o Credor Bradesco R\$ 2,9MM.

• Alteração de Classificação:

- No período monitorado o PDG reclassificou 133 recebíveis de unidades, totalizando R\$ 7,4MM que estavam classificadas como “Extraconcursais” e passaram a integrar os Ativos Complementares. Questionada, a PDG informou que “foi realizada uma revisão na base”.

• Limite de pagamento de Despesas Gerais e Administrativas

- **No período monitorado, a PDG excedeu o limite de pagamento de Despesas Gerais e Administrativas em 358% (R\$ 6,9MM).** O limite de G&A considera a contribuição de 0,317% ao mês sobre os Ativos Complementares, os Clusters e os Ativos Extraconcursais cujos Credores negociaram com a PDG sua contribuição. Questionada sobre esta questão, a PDG esclarece que “a Companhia ainda está em negociação com os Credores extraconcursais para aprovação e implementação desta cobrança e, por isso, é possível que haja um descompasso entre os gastos e apuração do G&A”.

• Caixa Mínimo:

- O valor do Caixa Mínimo dos Ativos Complementares não pode ser verificado pelo AMF neste RMM pois não houve a disponibilização de tal dado pela PDG.

• Despesas Totais Vencidas:

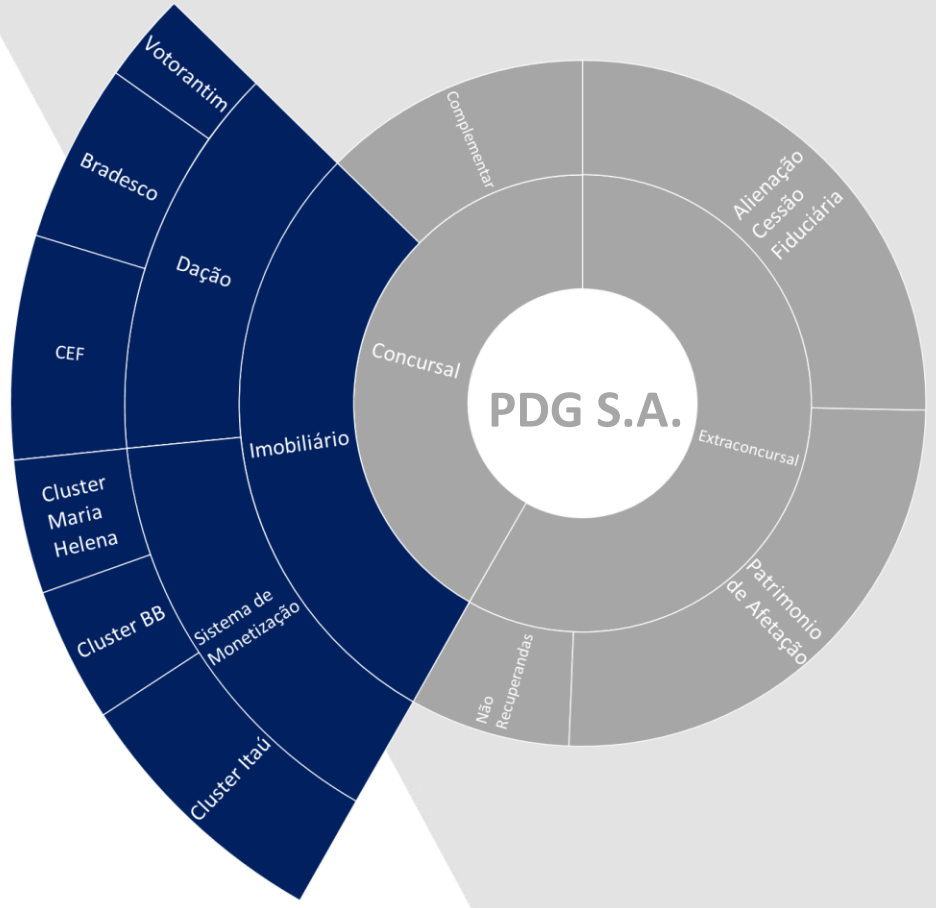
- Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A.

Ativos Imobiliários

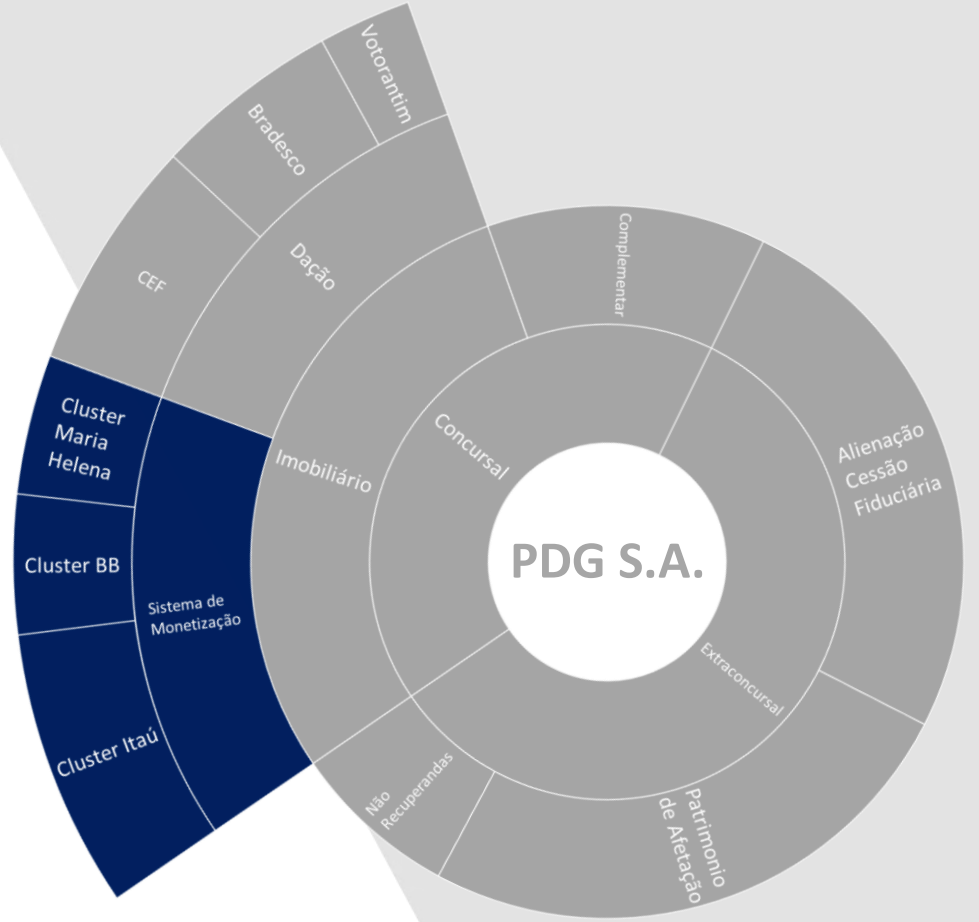
Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18



PDG S.A.

Sistema de Monetização



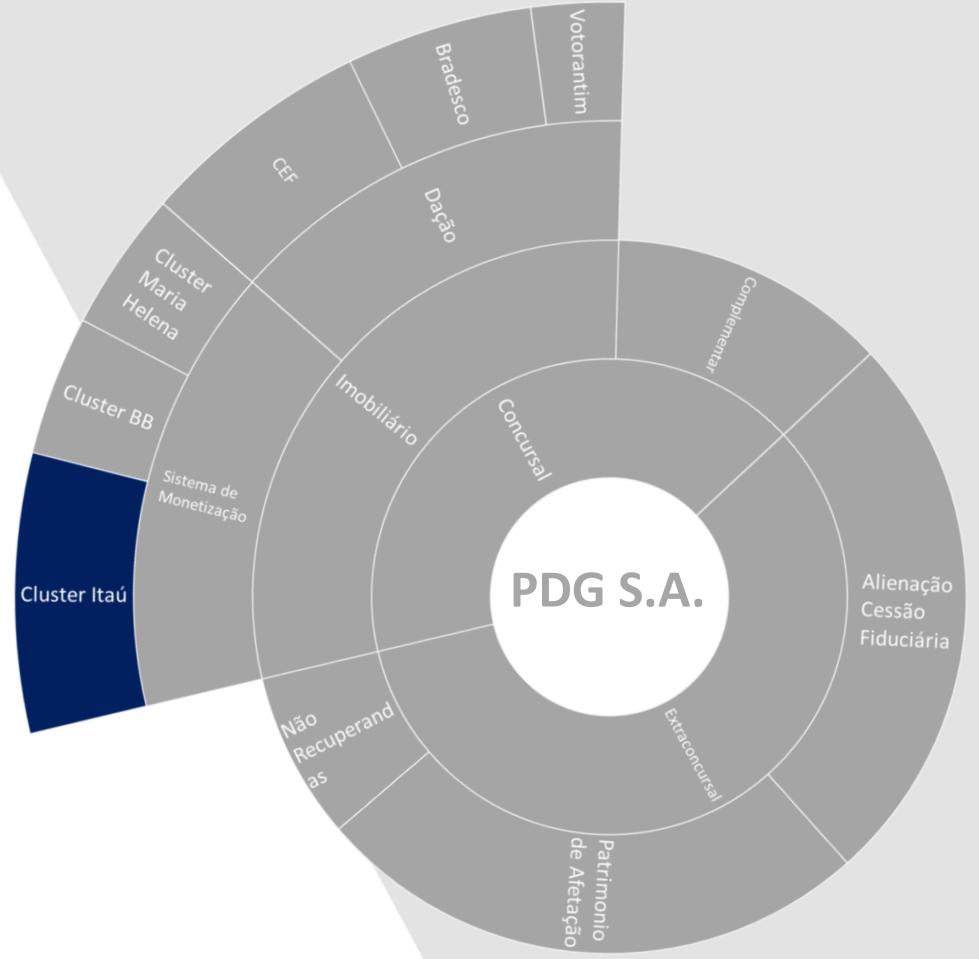
Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

PDG S.A. Cluster Itaú

Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

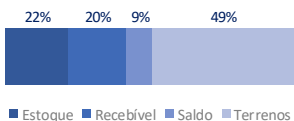


VARIAÇÃO DE ATIVOS | Cluster Itaú

01 a 31 | Ago/18
R\$ MM

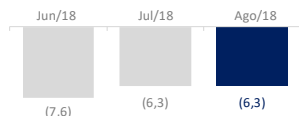
Total de Ativos⁴

197,6



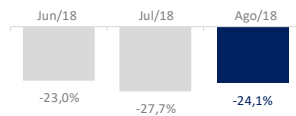
Varição dos Ativos

(6,3)



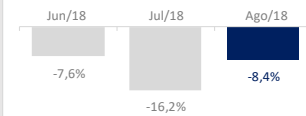
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-24,1%

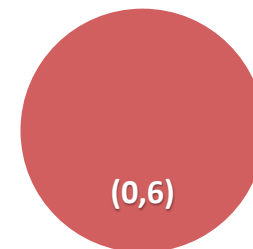


Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-8,4%

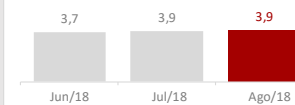


Tipo de Despesa³



Despesas Totais Vencidas

3,9

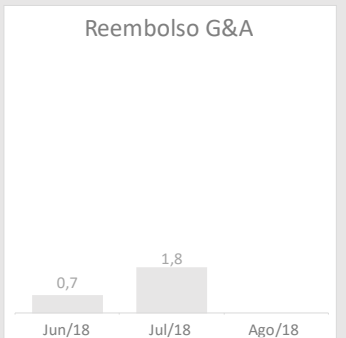
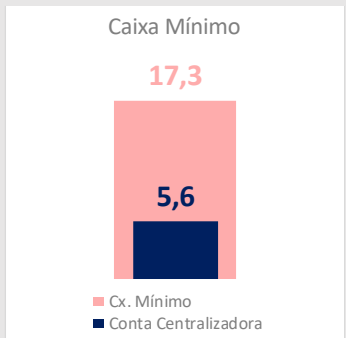
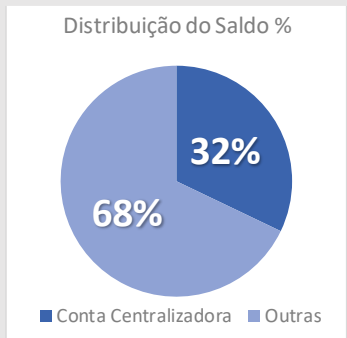
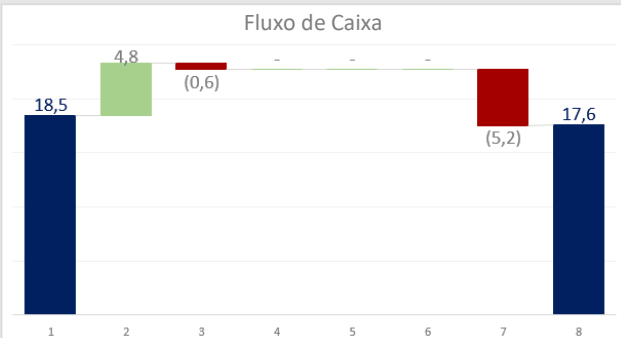


Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



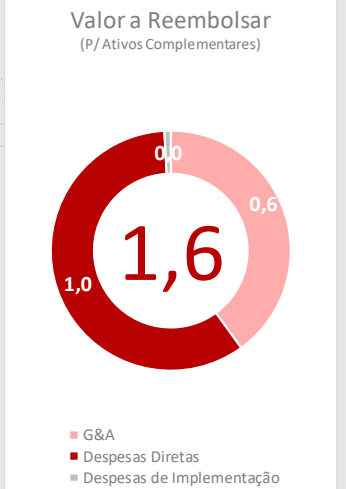
	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	203,9	(1,3) ¹	(0,4) ²	1,0	0,0	(0,6) ³	-	0,2	-	(5,2)	-	197,6 ⁴
1-Saldo	18,5	-	3,9	1,0	-	(0,6)	-	-	-	(5,2)	-	17,6
2-Recebível	41,6	4,2	(4,2)	-	(1,6)	-	-	0,2	-	(0,1)	-	40,1
3-Estoque	46,7	(5,5)	-	-	1,6	-	-	-	-	-	-	42,8
4-Terrenos	97,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97,2

FLUXO DE CAIXA | Cluster Itaú



FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18 (M-1)			3T2018 TRIMESTRE ATUAL			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			Projeção Curto Prazo		
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	M0 Set/18	M1 Out/18	M2 Nov/18
1 - Saldo Inicial	18,5	-	-	13,9	-	-	3,7	-	-	3,6	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	4,8	-	-	15,7	-	-	37,3	-	-	37,5	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	(0,6)	(1,4)	40%	(1,1)	(3,2)	36%	(3,4)	(10,5)	29%	(3,6)	(31,4)	12%	(1,3)	(1,0)	(0,9)
Assistência Técnica	(0,0)	(0,1)	34%	(0,1)	(0,2)	32%	(0,1)	(1,0)	15%	(0,1)	(3,2)	4%	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Cond/ IPTU	-	(0,2)	-	-	(0,3)	-	(0,0)	(1,6)	0%	(0,0)	(3,6)	0%	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Contencioso Futuro	-	(0,0)	-	(0,3)	(0,0)	1696%	(0,8)	(0,1)	1104%	(0,8)	(1,7)	50%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Custo a incorrer	-	-	-	-	-	-	(0,1)	-	-	(0,1)	-	-	-	-	-
Custos de incorporação	(0,1)	(0,1)	69%	(0,1)	(0,5)	28%	(0,3)	(2,3)	12%	(0,3)	(5,1)	7%	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Custos indiretos - Repasse	(0,0)	(0,0)	130%	(0,0)	(0,0)	188%	(0,1)	(0,1)	101%	(0,1)	(0,3)	40%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Impostos	(0,4)	(0,3)	101%	(0,4)	(0,6)	63%	(1,4)	(4,8)	72%	(1,6)	(15,5)	10%	(0,4)	(0,3)	(0,3)
Jurídico	(0,1)	(0,0)	2138%	(0,1)	(0,0)	1576%	(0,4)	(0,0)	1498%	(0,4)	(0,7)	66%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Marketing	(0,0)	(0,1)	80%	(0,1)	(0,1)	66%	(0,1)	(0,7)	24%	(0,1)	(1,2)	9%	(0,1)	(0,0)	(0,0)
Movimentação SFH	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-
Outros	-	(0,7)	-	-	(1,4)	-	(0,0)	(0,1)	0%	(0,0)	(0,4)	0%	(0,5)	(0,3)	(0,1)
Refis e Créditos Tributários	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	0,4	-	(0,0)	0,1	-0%	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	-	(0,5)	-	(0,0)	(1,0)	0%	(0,0)	(6,2)	0%	(0,0)	(14,5)	0%	(0,5)	(0,5)	(0,4)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	(4,3)	-	-	(8,6)	-	-	(57,3)	-	-	(130,9)	-	(4,3)	(4,3)	(4,3)
7 - Outras Movimentações	(5,2)	-	-	(11,0)	-	-	(20,2)	-	-	(20,0)	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	17,6	-	-	17,6	-	-	17,6	-	-	17,6	-	-	-	-	-



- **Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários:**

- No período monitorado, houve as seguintes despesas acima do projetado:
 - Custos Indiretos – Repasse: Realizado R\$ 14.217,34 projetado R\$ 10.935,89 superando a projeção em 30%
 - Jurídico: Realizado R\$ 73.657,62, projetado R\$ 3.445,88 superando a projeção em 2.038,55%. As despesas realizadas também extrapolaram a projeção trimestral e anual do PRJ.

- **Outras Entradas Operacionais:**

- No período Monitorado houve R\$ 1,0MM identificado como “Outras Entradas Operacionais” no Cluster Itaú. A PDG esclarece que (i) R\$ 570 Mil refere-se à valores creditados de ativos extraconcursais que serão devolvidos em Outubro e (ii) R\$ 350Mil são créditos recebidos em Agosto, mas que a baixa do recebível só ocorreu no mês posterior (retroativamente).

- **Outras Movimentações - Saldo:**

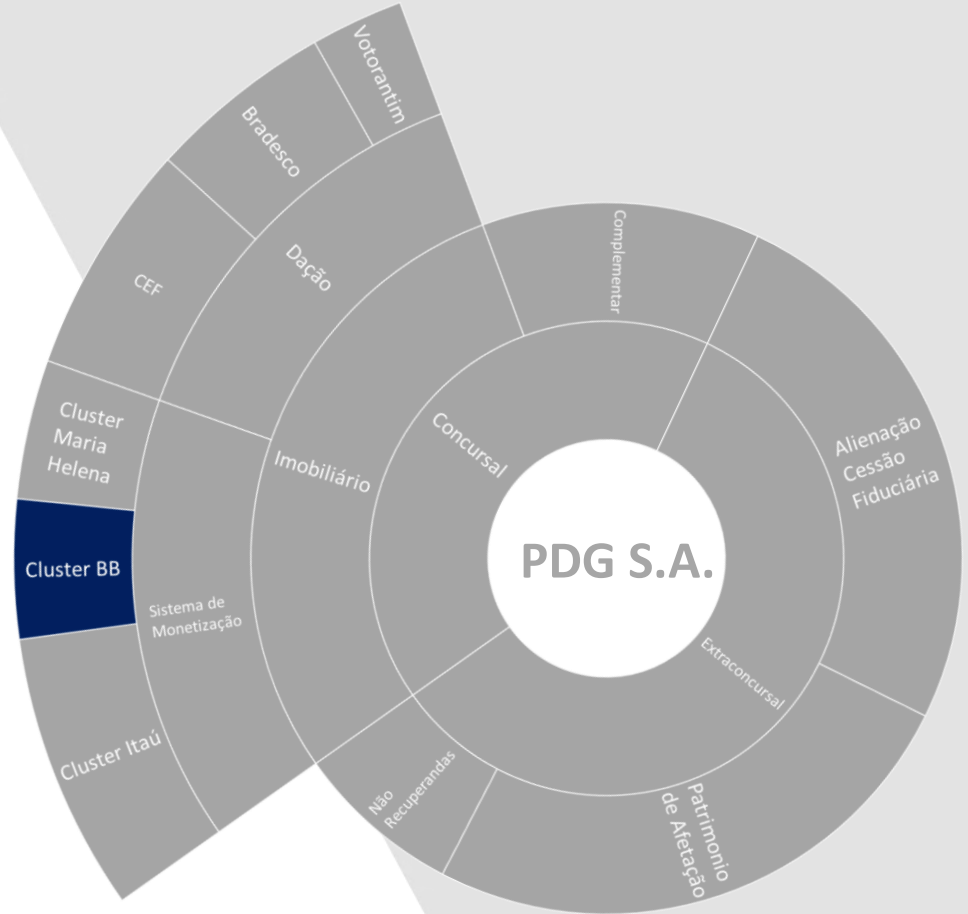
- (R\$ 5,2MM) transferidos para os Ativos Complementares correspondente à contribuição da 2ª parcela das Despesas de Implementação.

- **Despesas Totais Vencidas:**

- Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A.

Cluster Banco do Brasil



Relatório Mensal de Monitoramento

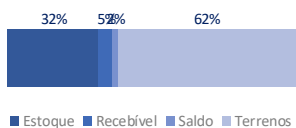
Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

VARIAÇÃO DE ATIVOS | Cluster Banco do Brasil

01 a 31 | Ago/18
R\$ MM

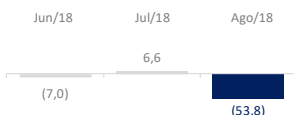
Total de Ativos⁴

127,0



Varição dos Ativos

(53,8)



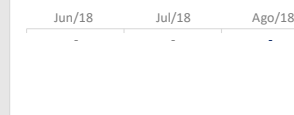
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-



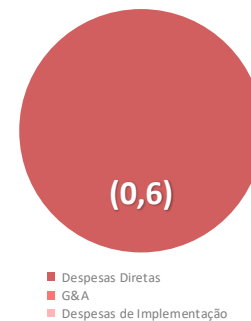
Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-



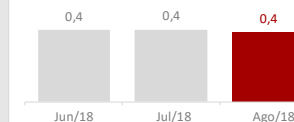
Tipo de Despesa³

(0,6)

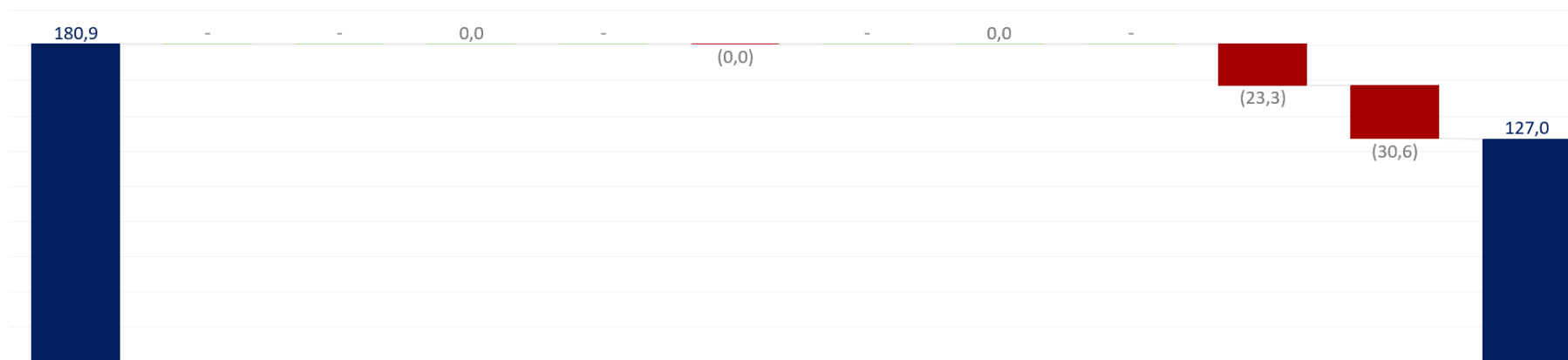


Despesas Totais Vencidas

0,4

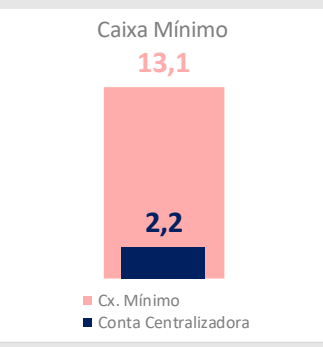
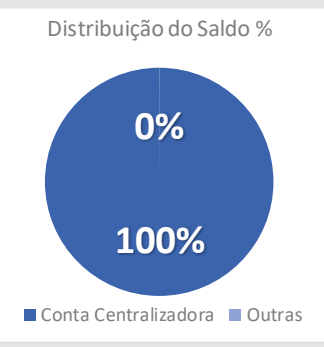
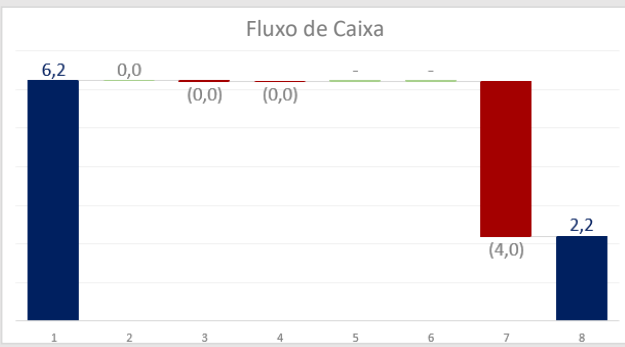


Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



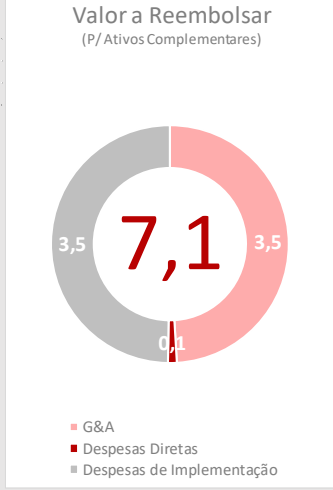
	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	180,9	- ¹	- ²	0,0	-	(0,0) ³	-	0,0	-	(23,3)	(30,6)	127,0 ⁴
1-Saldo	6,2	-	-	0,0	-	(0,0)	-	-	-	(4,0)	-	2,2
2-Recebível	20,5	-	-	-	-	-	-	0,0	-	(1,1)	(13,6)	5,9
3-Estoque	122,6	-	-	-	-	-	-	-	-	(65,5)	(17,0)	40,1
4-Terrenos	31,5	-	-	-	-	-	-	-	-	47,3	-	78,8

FLUXO DE CAIXA | Cluster Banco do Brasil



FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18 (M-1)			3T2018 TRIMESTRE ATUAL			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			Projeção Curto Prazo		
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	M0 Set/18	M1 Out/18	M2 Nov/18
1 - Saldo Inicial	6,2	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	0,0	-	-	6,2	-	-	6,2	-	-	6,2	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	(0,0)	(0,4)	5%	(0,0)	(0,6)	6%	(0,1)	(3,9)	8%	(0,1)	(67,3)	0%	(0,5)	(0,6)	(0,6)
Assistência Técnica	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,8)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Cond/ IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,6)	-	-	-	-
Contencioso Futuro	-	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	0%	(0,0)	(0,2)	0%	(0,0)	(1,0)	0%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Custo a incorrer	(0,0)	(0,1)	7%	(0,0)	(0,2)	10%	(0,1)	(1,9)	31%	(0,1)	(46,1)	0%	(0,1)	(0,5)	(0,5)
Custos de incorporação	(0,0)	(0,0)	1%	(0,0)	(0,1)	9%	(0,0)	(0,7)	3%	(0,0)	(3,7)	0%	(0,2)	(0,0)	(0,0)
Custos indiretos - Repasse	(0,0)	(0,0)	700%	(0,0)	(0,0)	380%	(0,0)	(0,0)	230%	(0,0)	(0,1)	8%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Impostos	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	(0,0)	(0,8)	972%	(0,0)	(11,3)	0%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Jurídico	(0,0)	(0,0)	29%	(0,0)	(0,0)	20%	(0,0)	(0,1)	18%	(0,0)	(0,4)	2%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Marketing	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,2)	-	-	(1,4)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Movimentação SFH	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	(0,0)	-	(0,0)	(0,2)	0%	-	-	-
Outros	-	(0,1)	-	-	(0,3)	-	-	(0,0)	-	-	(0,6)	-	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Refis e Créditos Tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,1)	-	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	(0,0)	(0,5)	0%	(0,0)	(0,9)	0%	(0,0)	(5,4)	0%	(0,0)	(16,0)	0%	(0,4)	(0,4)	(0,4)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	(3,4)	-	-	(6,8)	-	-	(37,3)	-	-	(85,2)	-	(3,4)	(3,4)	(3,4)
7 - Outras Movimentações	(4,0)	-	-	(4,0)	-	-	(3,9)	-	-	(3,9)	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	2,2	-	-	2,2	-	-	2,2	-	-	2,2	-	-	-	-	-



- **Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários:**

- No período monitorado, houve as seguintes despesas acima do projetado:
 - Custos Indiretos – Repasse: Realizado R\$ 5.344,81 projetado R\$ 763,25 superando a projeção em 600%.

- **Outras Movimentações - Saldo:**

- (R\$ 4,0MM) transferidos para os Ativos Complementares correspondente à contribuição da 3ª parcela das Despesas de Implementação.

- **Revisão dos Critérios para composição dos Ativos Imobiliários:**

- Conforme informado no Relatório anterior (RMM#8), no dia 30 de Julho o Banco do Brasil notificou a PDG (com cópia ao AMF e ao AJ) solicitando a revisão pela PDG dos critérios para composição dos Ativos Imobiliários de seu Cluster considerando que (i) fossem excluídos da Base de Ativos Imobiliários do Cluster os valores referentes à créditos cedidos fiduciariamente no Empreendimento Via Ema e (ii) que a PDG adotasse somente o valor atribuído ao terreno do Empreendimento Meridiano, desconsiderando valores referente à estoques e recebíveis deste Empreendimento uma vez que o Banco possui em garantia apenas a hipoteca do Terreno do Empreendimento, e cujos recursos não se destinaram especificamente à construção das unidades imobiliária do projeto. Importante destacar que no RMM#1 (pg 30), o AMF já havia alertado sobre o critério adotado pela PDG para o empreendimento Via Ema.
- No dia 29 de Agosto de 2018 a PDG formalizou ao Banco do Brasil que após a notificação recebida, revisitou as premissas do PRJ e que (i) irá reclassificar os recebíveis cedidos fiduciariamente do Empreendimento Via Ema da base de Ativos Imobiliários do Cluster Banco do Brasil como Extraconcursais retroativo a data-base 18/dez/2017 e, (ii) concordou que o valor atribuído à garantia do Banco do Brasil em relação ao

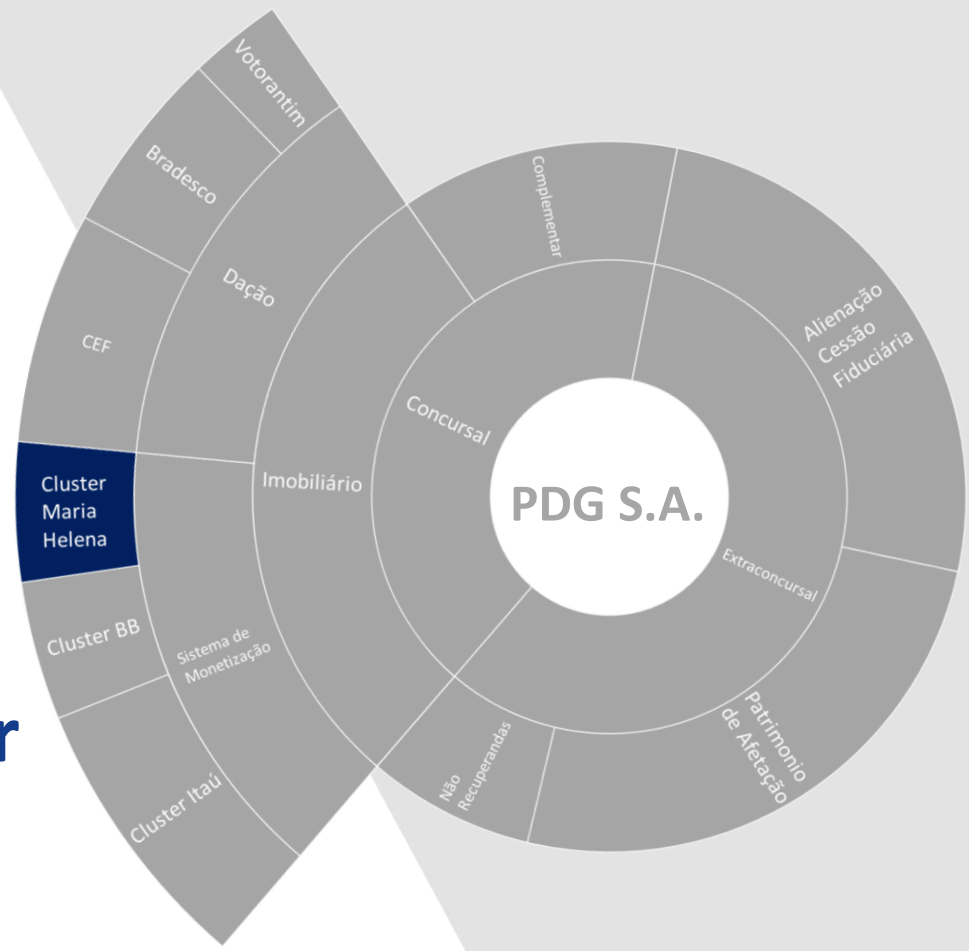
Empreendimento Meridiano deverá se restringir ao valor de seu terreno, que terá como base o laudo realizado em 23/jul/2015 (no qual o terreno possui uma avaliação no valor de R\$ 47,3MM).

- Alteração Classificação: Em função desta Revisão de Critérios, a PDG retirou dos Ativos do Cluster Banco do Brasil (R\$ 13,6MM) de recebíveis e (R\$ 17,0MM) em unidades em Estoque do Empreendimento Via Ema e classificou estes Ativos como Extraconcursais.
- Outras Variações: Em função desta Revisão de Critérios, a PDG retirou dos Ativos do Cluster Banco do Brasil todas as unidades em Estoque (R\$ 65,5MM) e todos os Recebíveis (R\$ 1,1MM) do Cluster Banco do Brasil e adicionou o valor do Terreno do Empreendimento Meridiano no valor de R\$ 47,3MM.

PDG S.A. Cluster Maria Helena Gomes Vautier

Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

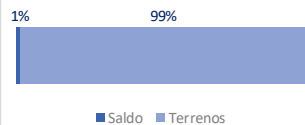


VARIAÇÃO DE ATIVOS | Cluster Maria Helena

01 a 31 | Ago/18
R\$ MM

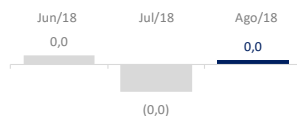
Total de Ativos⁴

5,1



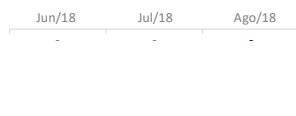
Varição dos Ativos

0,0



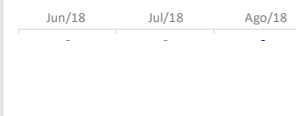
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-



Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-



Tipo de Despesa³

(0,0)

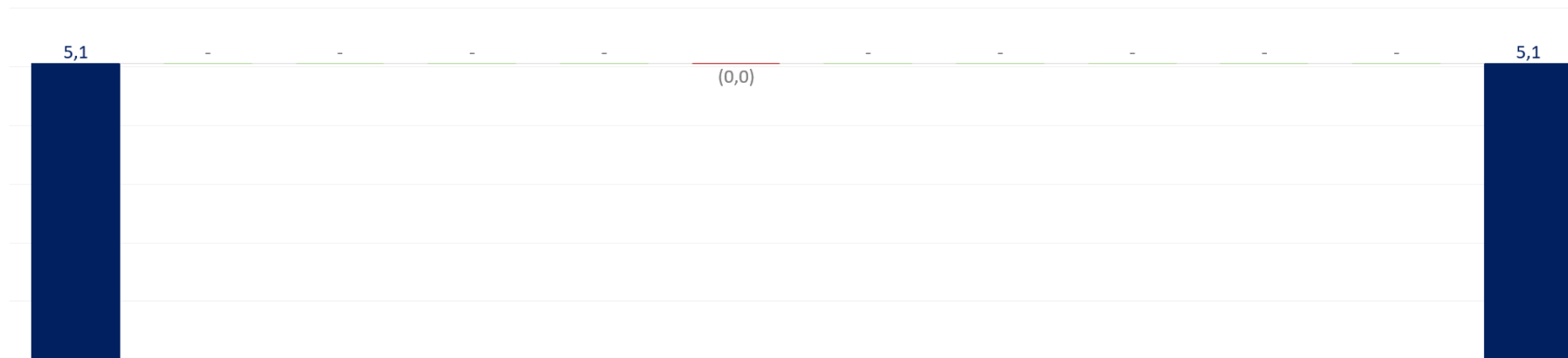


Despesas Totais Vencidas

-

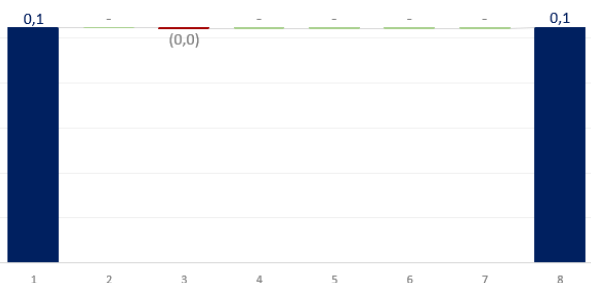


Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



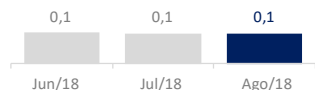
	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	5,1	- ¹	- ²	-	-	(0,0) ³	-	-	-	-	-	5,1 ⁴
1-Saldo	0,1	-	-	-	-	(0,0)	-	-	-	-	-	0,1
4-Terrenos	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0

Fluxo de Caixa

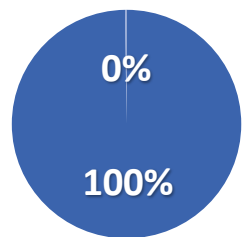


Saldo de Caixa

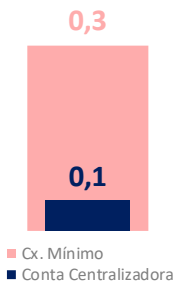
0,1



Distribuição do Saldo %



Caixa Mínimo



Custeio G&A

Foi solicitado a PDG esclarecimento sobre o Ativo deste Cluster, o qual é reproduzido abaixo:

“Os Ativos Imobiliários que compõem este Cluster são, para fins do PRJ, Ativos Indisponíveis e, por esta razão, não serão computados para fins de cálculo do G&A enquanto perdurar a referida indisponibilidade.”

FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18 (M-1)			3T2018 TRIMESTRE ATUAL			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			Projeção Curto Prazo		
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Set/18	M1 Out/18	M2 Nov/18
1 - Saldo Inicial	0,1	-	-	0,1	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	(0,1)	86%	(0,0)	(0,4)	2%	(0,0)	-	-
Assistência Técnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cond/ IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contencioso Futuro	-	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	-	-	-
Custo a incorrer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de incorporação	-	-	-	-	-	-	(0,0)	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	2%	-	-	-
Custos indiretos - Repasse	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	(0,1)	-	(0,0)	(0,4)	1%	-	-	-
Jurídico	-	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	-	-	-
Marketing	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação SFH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	(0,0)	-	-
Refis e Créditos Tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,2)	-	-	(0,4)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	(0,1)	-	-	(0,2)	-	-	(1,1)	-	-	(2,6)	-	(0,1)	(0,1)	(0,1)
7 - Outras Movimentações	-	-	-	0,0	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	0,1	-	-	-	-	-

Valor a Reembolsar (P/ Ativos Complementares)



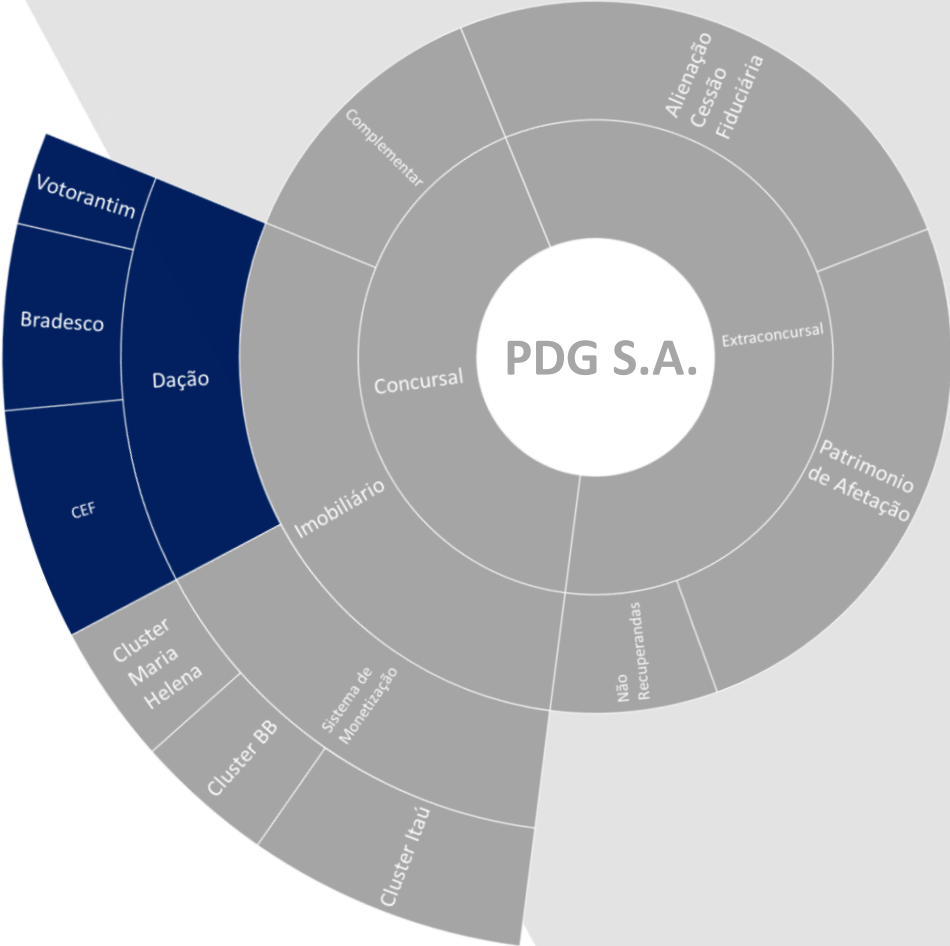
■ G&A
■ Despesas Diretas
■ Despesas de Implementação

- Reproduzimos nota encaminhada ao AMF pela PDG: "Esclarecemos que, para fins de elaboração do relatório mensal de monitoramento, o Ativo Imobiliário que compõe o Cluster "Maria Helena" encontra-se indisponível, em razão de usufruto vitalício. Nos termos da Cláusula 4.3.2.10.6 do Plano, a referida condição de indisponibilidade excepciona tal Ativo Imobiliário da regra geral do Plano, de forma que ele não deve ser computado para fins de cálculo das Despesas Gerais e Administrativas enquanto perdurar a indisponibilidade."

PDG S.A. Dação

Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

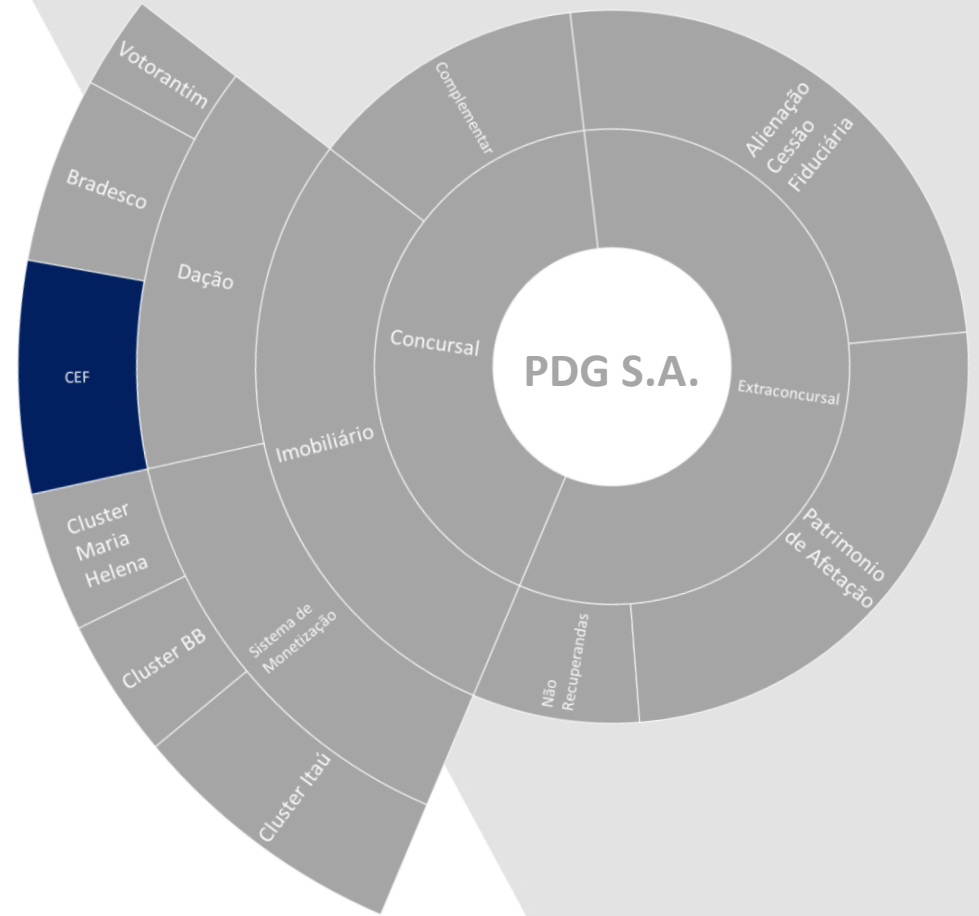


O Banco Bradesco, o Banco Votorantim e a Transpar Brinks, como Credores com garantia real (Classe II) optaram pela *Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* (Dação em pagamento, conforme especificado na Cláusula 4.3.3), conforme informado pela PDG. No dia 13 de Abril de 2018, a CEF formalizou à PDG o pedido de abdicação ao Cluster (conforme cláusula 4.3.2.14) optando também pela Dação em pagamento. Neste caso, o AMF continuará acompanhando a variação de seus Ativos Imobiliários e o fluxo de caixa de suas contas bancárias até que a implementação da Dação seja totalmente concluída. Porém, como os Credores acima identificados não integrarão o Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários, eles não estarão sujeitos à dinâmica e às regras contidas na Cláusula 4.3.2 que regula a Opção A (Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários) e seu monitoramento (atribuições do AMF).

PDG S.A. Dação | Caixa Econômica Federal

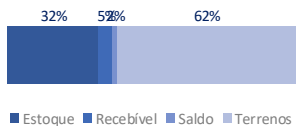
Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18



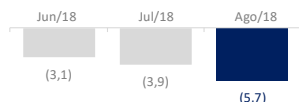
Total de Ativos⁴

243,8



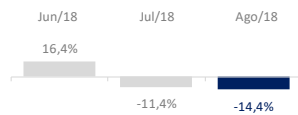
Varição dos Ativos

(5,7)



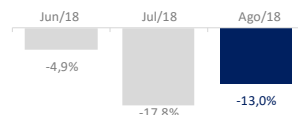
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-14,4%

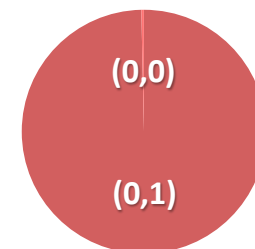


Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-13,0%

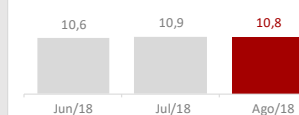


Tipo de Despesa³



Despesas Totais Vencidas

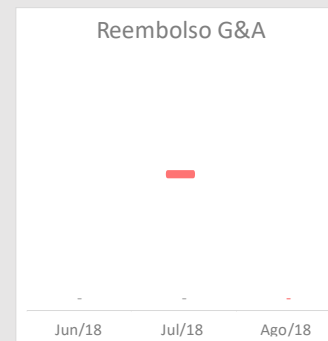
10,8



Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	249,5	(0,3) ¹	(0,3) ²	0,2	(0,9)	(0,1) ³	-	0,8	-	(5,0)	-	243,8 ⁴
1-Saldo	5,0	-	2,1	0,2	-	(0,1)	-	-	-	(5,0)	-	2,1
2-Recebível	89,9	1,8	(2,4)	-	(0,2)	-	-	0,8	-	0,0	-	89,9
3-Estoque	154,6	(2,1)	-	-	(0,7)	-	-	-	-	-	-	151,8



FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18 (M-1)			3T2018 TRIMESTRE ATUAL			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			Projeção Curto Prazo		
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	M0 Set/18	M1 Out/18	M2 Nov/18
1 - Saldo Inicial	5,0	-	-	8,1	-	-	5,2	-	-	4,8	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	2,3	-	-	3,9	-	-	13,0	-	-	13,3	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	(0,1)	(3,4)	4%	(0,3)	(7,0)	5%	(0,9)	(17,3)	4%	(1,1)	(74,2)	1%	(3,2)	(2,8)	(2,6)
Assistência Técnica	(0,0)	(0,2)	2%	(0,0)	(0,3)	5%	(0,1)	(1,8)	5%	(0,1)	(6,4)	1%	(0,2)	(0,2)	(0,2)
Cond/ IPTU	-	(0,5)	-	-	(1,0)	-	(0,0)	(5,6)	0%	(0,0)	(26,9)	0%	(0,5)	(0,5)	(0,4)
Contencioso Futuro	(0,0)	(0,1)	0%	(0,2)	(0,1)	144%	(0,3)	(0,7)	63%	(0,3)	(6,5)	5%	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Custo a incorrer	(0,0)	(0,3)	1%	(0,0)	(0,6)	0%	(0,0)	(2,5)	2%	(0,1)	(5,7)	1%	(0,3)	(0,2)	(0,2)
Custos de incorporação	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	(0,0)	1719%	(0,0)	(0,4)	1%	-	-	-
Custos indiretos - Repasse	(0,0)	(0,0)	57%	0,0	(0,0)	-13%	0,1	(0,2)	-38%	0,1	(1,0)	-7%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Impostos	(0,0)	(0,1)	11%	(0,0)	(0,2)	6%	(0,2)	(3,9)	48%	(0,4)	(17,5)	2%	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Jurídico	(0,1)	(0,0)	372%	(0,1)	(0,1)	256%	(0,3)	(0,3)	174%	(0,3)	(2,6)	12%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Marketing	(0,0)	(0,0)	0%	(0,0)	(0,1)	0%	(0,0)	(0,5)	0%	(0,0)	(2,1)	0%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Movimentação SFH	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	9%	-	-	-
Outros	(0,0)	(2,2)	0%	(0,0)	(4,5)	0%	(0,0)	(3,4)	0%	(0,0)	(6,0)	0%	(2,0)	(1,8)	(1,5)
Refis e Créditos Tributários	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	1,6	-	0,0	0,8	0%	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	(0,0)	(0,6)	0%	(0,0)	(1,2)	0%	(0,0)	(7,6)	0%	(0,0)	(34,6)	0%	(0,6)	(0,6)	(0,5)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	-	-	-	-	-	-	(59,2)	-	-	(135,4)	-	-	-	-
7 - Outras Movimentações	(5,0)	-	-	(9,4)	-	-	(15,1)	-	-	(14,9)	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	2,1	-	-	2,1	-	-	2,1	-	-	2,1	-	-	-	-	-

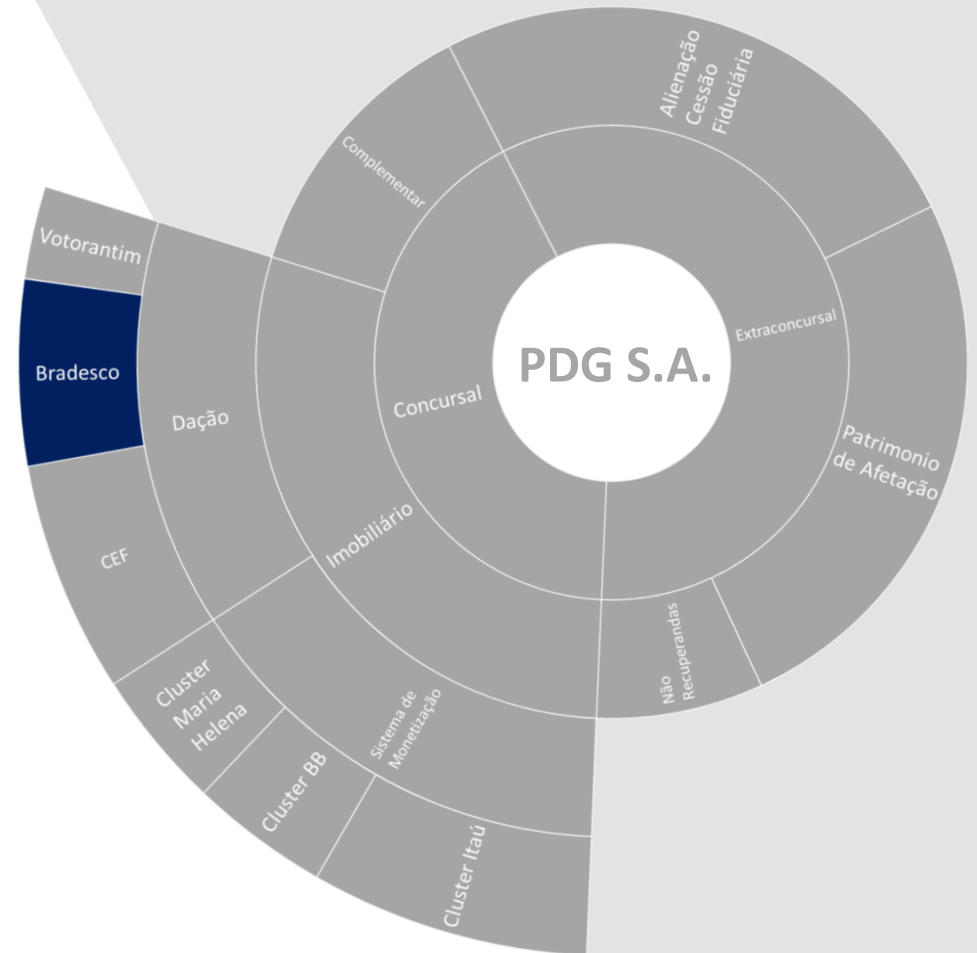
- **Condições de Pagamento (Opções) – Credores com Garantia Real**
- A Caixa Econômica Federal, como Credor com garantia real (Classe II), inicialmente, integrou o *Sistema de Monetização de Ativos - Opção A*, porém, a PDG informou ao AMF que no dia 13/Abr/18 a Caixa Econômica Federal exerceu o seu direito, conforme cláusula 4.3.2.14 do PRJ, de abdicar ao Cluster e passar desde então à *Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* (Dação em pagamento, conforme especificado na Cláusula 4.3.3). Neste caso, o AMF continuará acompanhando a variação de seus Ativos Imobiliários e o fluxo de caixa de suas contas bancárias até que a implementação da Dação seja totalmente concluída. Porém, como o Credor não integrará mais o Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários, ele não estará sujeito, à dinâmica e às regras contidas na Cláusula 4.3.2 (tais como Contribuição de G&A, Caixa Mínimo, Limites Globais, dentre outros) que regula a Opção A e seu monitoramento (atribuições do AMF).
- **Outras Entradas Operacionais:**
 - No período Monitorado houve R\$ 0,2MM identificado como “Outras Entradas Operacionais”. A PDG esclarece que são créditos recebidos em Agosto, mas que a baixa do recebível só ocorreu no mês posterior (retroativamente).
- **Outras Movimentações - Saldo:**
 - (R\$ 5,0MM) transferidos para os Ativos Complementares correspondente à contribuição da 3ª parcela das Despesas de Implementação.
- **Despesas Totais Vencidas:**
 - Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A.

Dação | Bradesco

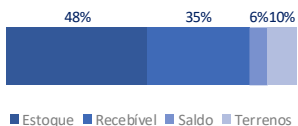
Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
 Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18



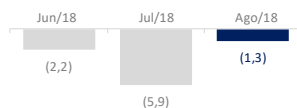
Total de Ativos⁴

120,7



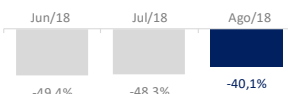
Variação dos Ativos

(1,3)



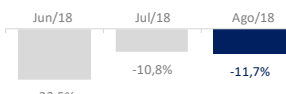
Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-40,1%

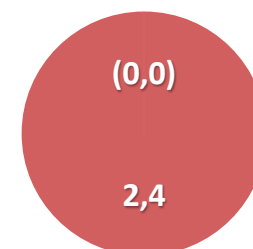


Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-11,7%



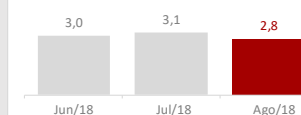
Tipo de Despesa³



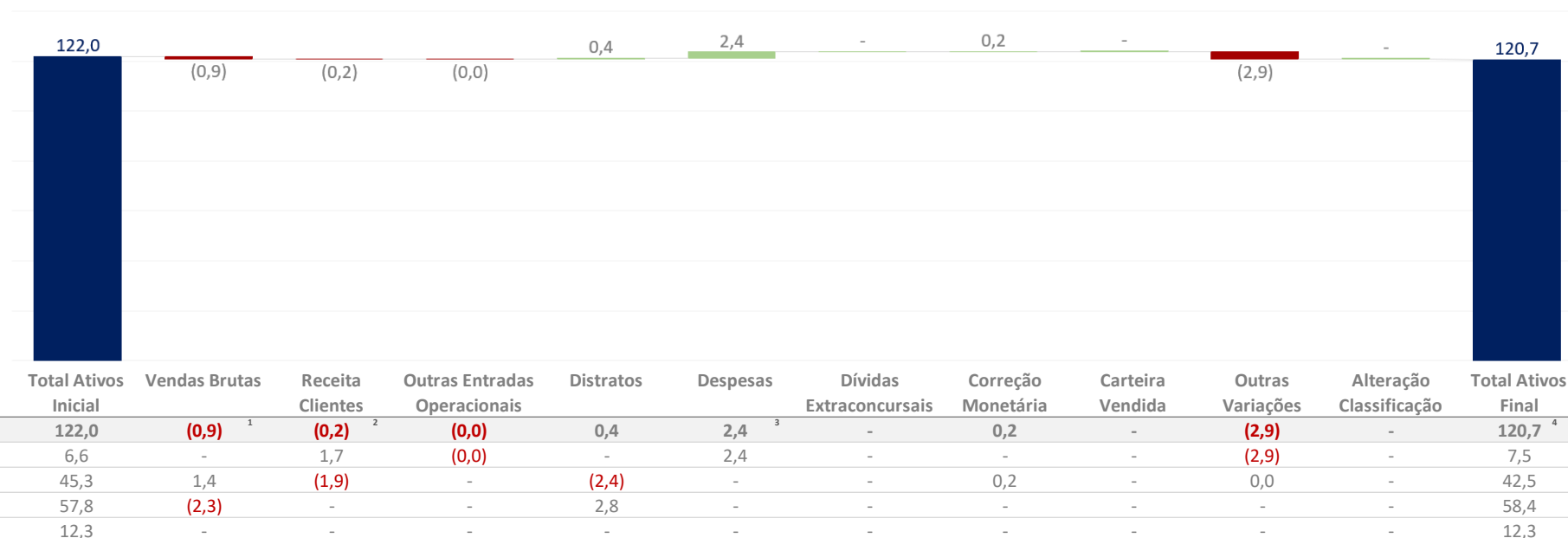
■ Despesas Diretas
■ G&A
■ Despesas de Implementação

Despesas Totais Vencidas

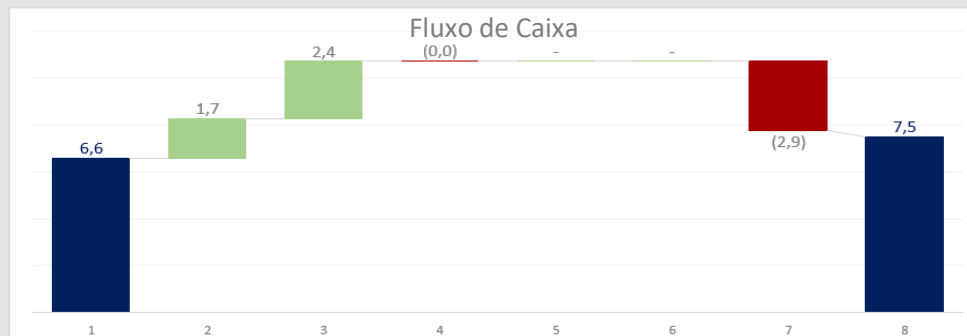
2,8



Variação de Ativos - 01 a 31/Ago/18



	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	122,0	(0,9) ¹	(0,2) ²	(0,0)	0,4	2,4 ³	-	0,2	-	(2,9)	-	120,7 ⁴
1-Saldo	6,6	-	1,7	(0,0)	-	2,4	-	-	-	(2,9)	-	7,5
2-Recebível	45,3	1,4	(1,9)	-	(2,4)	-	-	0,2	-	0,0	-	42,5
3-Estoque	57,8	(2,3)	-	-	2,8	-	-	-	-	-	-	58,4
4-Terrenos	12,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,3



FLUXO DE CAIXA DETALHADO

	Ago/18 (M-1)			3T2018 TRIMESTRE ATUAL			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			Projeção Curto Prazo		
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	M0 Set/18	M1 Out/18	M2 Nov/18
1 - Saldo Inicial	6,6	-	-	6,2	-	-	2,1	-	-	2,2	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	1,7	-	-	5,1	-	-	10,0	-	-	10,1	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	2,4	(1,6)	-152%	0,2	(3,3)	-5%	(1,3)	(8,4)	13%	(1,4)	(24,2)	6%	(1,3)	(1,2)	(0,8)
Assistência Técnica	(0,0)	(0,0)	81%	(0,0)	(0,0)	75%	(0,0)	(0,5)	5%	(0,0)	(2,0)	2%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Cond/ IPTU	-	(0,1)	-	-	(0,2)	-	-	(1,3)	-	-	(2,6)	-	(0,1)	(0,1)	(0,1)
Contencioso Futuro	-	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	100%	(0,1)	(0,0)	309%	(0,2)	(4,6)	3%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Custo a incorrer	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,1)	-	-	(0,1)	(0,5)	18%	-	-	-
Custos de incorporação	(0,0)	(0,0)	59%	(0,0)	(0,0)	65%	(0,0)	(0,1)	6%	(0,0)	(0,3)	1%	-	(0,0)	-
Custos indiretos - Repasse	(0,0)	(0,0)	118%	(0,0)	(0,0)	76%	(0,0)	(0,4)	32%	(0,0)	(0,8)	2%	(0,0)	(0,1)	(0,1)
Impostos	(0,0)	(0,4)	0%	(0,0)	(0,8)	0%	(0,5)	(4,8)	23%	(0,5)	(9,4)	6%	(0,3)	(0,3)	(0,2)
Jurídico	(0,0)	(0,0)	2083%	(0,1)	(0,0)	1255%	(0,2)	(0,0)	1091%	(0,2)	(1,8)	10%	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Marketing	-	(0,1)	-	-	(0,2)	-	-	(0,8)	-	-	(1,1)	-	(0,1)	(0,1)	(0,0)
Movimentação SFH	2,5	-	-	0,3	-	-	(0,3)	-	-	(0,4)	-	-	-	-	-
Outros	(0,0)	(1,0)	0%	(0,0)	(2,1)	0%	(0,0)	(0,5)	0%	(0,0)	(1,0)	1%	(0,8)	(0,6)	(0,4)
Refis e Créditos Tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,2)	-	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	(0,0)	(0,3)	0%	(0,0)	(0,6)	0%	(0,0)	(3,5)	0%	(0,0)	(7,2)	0%	(0,3)	(0,2)	(0,2)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	-	-	-	-	-	-	(32,7)	-	-	(74,7)	-	-	-	-
7 - Outras Movimentações	(2,9)	-	-	(3,6)	-	-	(3,1)	-	-	(3,1)	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	7,5	-	-	7,5	-	-	7,5	-	-	7,5	-	-	-	-	-

- **Condições de Pagamento (Opções) – Credores com Garantia Real**

- O Banco Bradesco, como Credor com garantia real (Classe II) optou pela *Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* (Dação em pagamento, conforme especificado na Cláusula 4.3.3), conforme informado pela PDG. Neste caso, o AMF continuará acompanhando a variação de seus Ativos Imobiliários e o fluxo de caixa de suas contas bancárias até que a implementação da Dação seja totalmente concluída. Porém, como o Credor não integrará o Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários, ele não estará sujeito à dinâmica e às regras contidas na Cláusula 4.3.2 que regula a Opção A (Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários) e seu monitoramento (atribuições do AMF).

- **Movimentação SFH:**

- No período monitorado a Credor Bradesco restituiu R\$ 2,5MM em seu Cluster referente à amortizações realizadas equivocadamente nos meses anteriores.

- **Outras Movimentações - Saldo:**

- (R\$ 2,9MM) transferidos para os Ativos Complementares correspondente à contribuição da 3ª parcela das Despesas de Implementação.

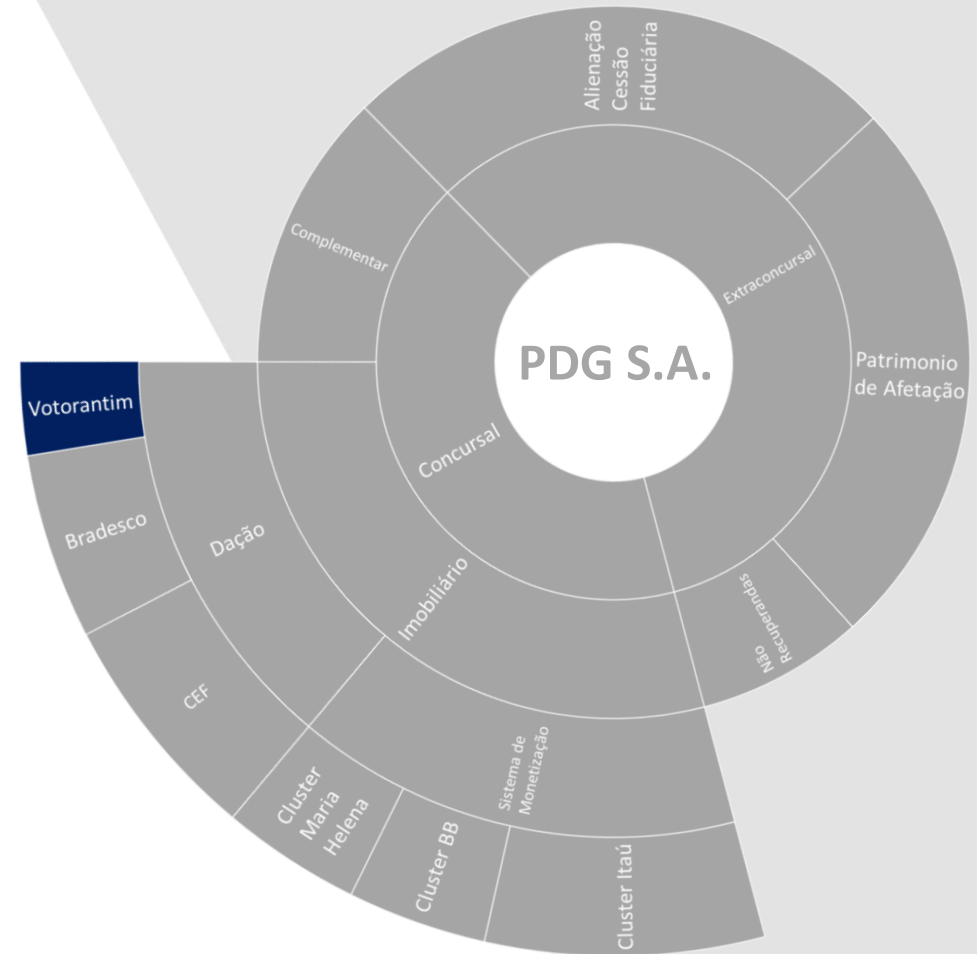
- **Despesas Totais Vencidas:**

- Em função da revisão contínua da PDG na apuração dos valores atrasados de condomínio e IPTU (principalmente dada a dificuldade da PDG em obter tais informações junto às administradoras condominiais) o AMF entende que pode haver diferenças entre os valores divulgados neste RMM e o valor efetivo de despesas vencidas.

PDG S.A. Dação | Votorantim

Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18



VARIAÇÃO DE ATIVOS | Dação Votorantim

01 a 31 | Ago/18
R\$ MM

Total de Ativos⁴

20,9

100%



■ Saldo ■ Terrenos

Varição dos Ativos

-

Jun/18 Jul/18 Ago/18



Ajuste Preço de Venda Realizada¹

-

Jun/18 Jul/18 Ago/18



Ajuste Monetização de Recebíveis - Clientes²

-

Jun/18 Jul/18 Ago/18



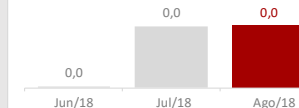
Tipo de Despesa³

■ Despesas Diretas
■ G&A
■ Despesas de Implementação

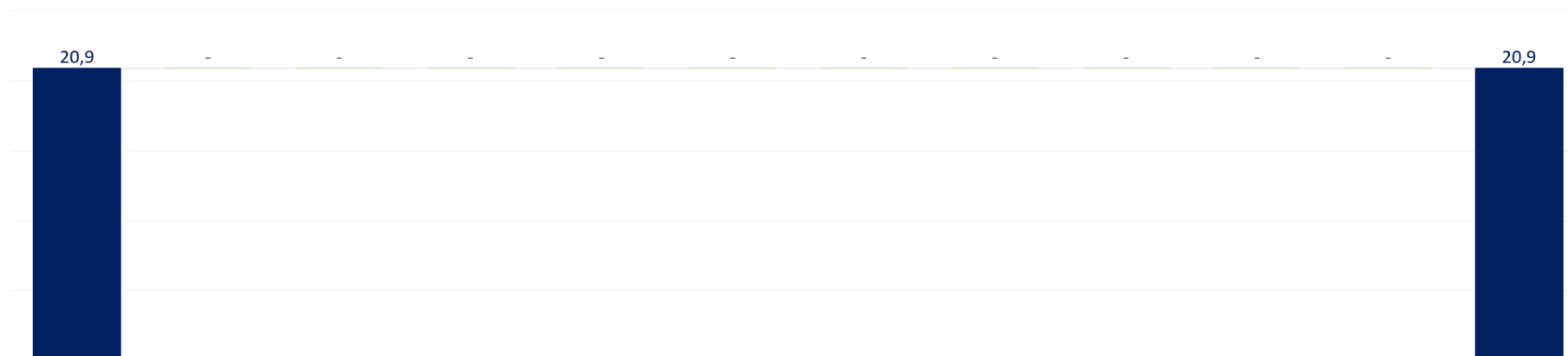
Despesas Totais Vencidas

0,0

Jun/18 Jul/18 Ago/18



Varição de Ativos - 01 a 31/Ago/18



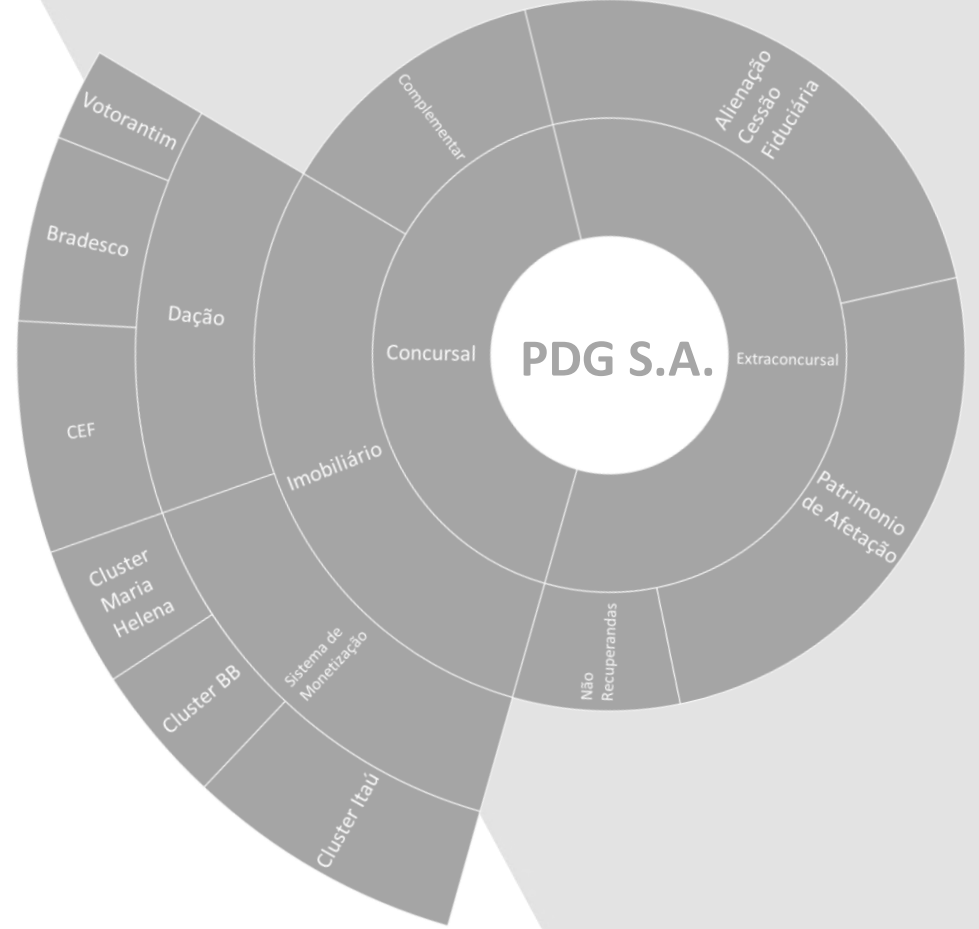
	Total Ativos Inicial	Vendas Brutas	Receita Clientes	Outras Entradas Operacionais	Distratos	Despesas	Dívidas Extraconcursais	Correção Monetária	Carteira Vendida	Outras Variações	Alteração Classificação	Total Ativos Final
Total Geral	20,9	- ¹	- ²	-	-	- ³	-	-	-	-	-	20,9 ⁴
4-Terrenos	20,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,9



	FLUXO DE CAIXA DETALHADO												Projeção Curto Prazo		
	Ago/18 (M-1)			TRIMESTRE ATUAL 3T2018			2018 PROJEÇÃO ANUAL (PRJ)			Desde Início Pós PRJ LIMITE GLOBAL			M0	M1	M2
	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Real.	Proj.	% Realizado	Set/18	Out/18	Nov/18
1 - Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Entradas Operacionais	-	-	-	-	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	-	-	-
3 - Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,3)	-	-	(1,7)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Assistência Técnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cond/ IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contencioso Futuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo a incorrer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de incorporação	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Custos indiretos - Repasse	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	(0,3)	-	-	(1,6)	-	-	-	-
Jurídico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação SFH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	-	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Refis e Créditos Tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 - Despesas Gerais e Administrativas	-	(0,1)	-	-	(0,1)	-	-	(0,7)	-	-	(2,8)	-	(0,1)	(0,1)	(0,1)
5 - Dívida Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Despesas de Implementação	-	-	-	-	-	-	-	(4,9)	-	-	(11,3)	-	-	-	-
7 - Outras Movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8 - Saldo Final	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- **Condições de Pagamento (Opções) – Credores com Garantia Real**
 - O Banco Votorantim, como Credor com garantia real (Classe II) optou pela *Opção B – Alienação de Ativos Imobiliários* (Dação em pagamento, conforme especificado na Cláusula 4.3.3), conforme informado pela PDG. Neste caso, o AMF continuará acompanhando a variação de seus Ativos Imobiliários e o fluxo de caixa de suas contas bancárias até que a implementação da Dação seja totalmente concluída. Porém, como o Credor não integrará o Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários, ele não estará sujeito à dinâmica e às regras contidas na Cláusula 4.3.2 que regula a Opção A (Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários) e seu monitoramento (atribuições do AMF).

Anexos



Relatório Mensal de Monitoramento

Data-base: 31/Ago/18
Período Monitorado: 01 a 31/Ago/18

- Este Relatório Mensal de Monitoramento (RMM) foi preparado pela CCC Consultoria Financeira e Empresarial Ltda. (CCC) atendendo as disposições estabelecidas no PRJ homologado e, em conformidade com suas Cláusulas 4.3.2.8.8 e 4.3.2.11, complementadas pelo Contrato de Prestação de Serviços (Contrato) celebrado entre a PDG e a CCC em 22 de dezembro de 2017. O Contrato detalha e complementa as atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro (AMF) conforme estabelecido pelo PRJ em sua Cláusula 4.3.2.11.1 e em seu Anexo 4.3.2.11.1. (Sumário dos Termos e Condições do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com o Agente de Monitoramento Financeiro).
- Conforme estabelecido pela Cláusula 4.3.2.11.1 (x) do PRJ, a responsabilidade pela divulgação deste RMM é da PDG.
- Dado que algumas das disposições estabelecidas no PRJ possuem prazos específicos para serem implementadas pela PDG (ex: abertura das Contas Centralizadoras dos Clusters - Cláusula 4.3.2.5., prazo para escolha e abdicação da opção do Sistema de Monetização de Ativos – Cláusula 4.3.2.14., dentre outras), este RMM poderá eventualmente sofrer ajustes que serão prontamente informados à PDG para sua divulgação quando de sua ocorrência.
- Devido às rotinas e gestão diária de caixa da PDG, eventuais saldos em contas e/ou aplicações financeiras vinculadas às contas de titularidade das SPEs que não integram o polo ativo da Recuperação Judicial, para efeito deste RMM, estarão classificadas e refletidas na composição do Saldo dos Ativos Complementares.
- A CCC declara que nunca atuou e nem atua na qualidade de consultor financeiro para a PDG. Desta forma, não poderá ser questionada ou responsabilizada pelas projeções, premissas, modelagens e/ou viabilidade financeira do PRJ da PDG.
- Conforme estabelecido pela Cláusula 4.3.2.10.2 a responsabilidade pela veracidade das informações fornecidas para a elaboração deste RMM é do Grupo PDG. Independente dos procedimentos e checagens amostrais que o AMF possa realizar, o AMF não poderá em nenhuma hipótese ser responsabilizado pela integridade dos dados nem tampouco pelos critérios utilizados para a determinação dos valores de qualquer ativo informado pela PDG, tais como: (i) valores de terrenos, (ii) valores de unidades imobiliárias, (iii) NAV de SPEs, (iv) recebíveis, (v) entre outros.
- Os critérios e a consequente alocação dos Ativos Imobiliários, Ativos

Complementares e outros ativos para fins de verificação das contribuições de G&A ou outras verificações que se façam necessárias são parâmetros definidos e fornecidos pela PDG à CCC. Isto não impede a CCC de fazer alterações nestas classificações havendo divergências de entendimentos e/ou de critérios de alocação, conforme Cláusula 4.3.2.10.2 do PRJ e/ou apontá-las nas Considerações Adicionais deste RMM para dar ciência à PDG e aos Credores para que a PDG tome as medidas cabíveis ao seu ajuste caso seja necessário.

- A CCC não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias relacionadas a PDG S.A. Adicionalmente não há qualquer outra circunstância relevante no entender da CCC que possa caracterizar conflito de interesse entre CCC e a PDG.
- Este RMM tem como único objetivo atender as disposições estabelecidas no PRJ. Portanto não tem o objetivo e não deve ser utilizado para embasar qualquer análise financeira relativas a qualquer decisão de investimento, ou para avaliação de quaisquer valores imobiliários e mobiliários.
- As referências a Dez/17 neste RMM contemplam o período entre 18 de Dezembro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017 (Período inicial de monitoramento).
- Dado o escopo do RMM estabelecido no PRJ, a base de dados disponibilizada pela PDG e utilizada para este RMM não é, necessariamente, elaborada com a mesma metodologia de bases utilizadas pela PDG para outros fins. Por essa razão, os valores apontados neste RMM podem apresentar diferenças com informações divulgadas publicamente pela PDG.
- Os dados disponibilizados pela PDG e utilizados pelo AMF na elaboração deste RMM não foram auditados.
- Visando refletir o total de compromissos vencidos e não pagos, a PDG informa nas bases disponibilizadas valores cujos registros não estão incluídos em seu ERP (SAP). O AMF não pode inferir ou checar se a totalidade dos valores vencidos e não registrados no ERP foram considerados pela PDG.
- A complexidade do PRJ pode gerar diferentes interpretações de uma mesma Cláusula, que trata por exemplo de prazos, obrigações, etc. Neste caso, qualquer informação contida nesse RMM que não seja uma atribuição do AMF, deverá ser considerada apenas a título informativo.

Nota: As Cláusulas e termos aqui mencionados se referem as Cláusulas e termos do Plano de Recuperação Judicial da PDG. Eventualmente este RMM poderá fazer menção a termos e/ou abreviações não definidos no PRJ e que são utilizados para facilitar uma melhor leitura e interpretação deste RMM.

- **Administrador Judicial:** É o Administrador Judicial indicado no PRJ da PDG.
- **Agente Monitoramento Financeiro (AMF):** É a CCC Consultoria Financeira e Empresarial Ltda. cujas atribuições encontram-se descritas na Cláusula 1.6.5 do PRJ.
- **Agente Monitoramento Imobiliário:** É o agente cujas atribuições estão descritas na Cláusula 4.3.2.11.3.
- **Ajuste Monetização de Recebíveis (AMR):** É a diferença entre os valores monetizados de recebíveis e os valores desses recebíveis atribuídos pela PDG em sua Base de Ativos Imobiliários, Ativos Complementares e Outros Ativos antes da efetivação de sua monetização.
- **Ajuste Preço de Venda Realizada (APVR):** É a diferença entre os valores das vendas realizadas no período e seus respectivos valores anteriormente atribuídos pela PDG, decorrentes dos seguintes fatores: (i) diferença entre o valor realizado na venda das unidades e o valor dessas mesmas unidades considerado pela PDG na base de Ativos Imobiliários, Ativos Complementares ou Outros Ativos e (ii) comissões e corretagem.
- **Alteração Classe do Ativo:** São as reclassificações baseadas nas alterações das características das onerações de seus Ativos realizadas pela PDG.
- **Ativos Complementares:** São (i) os ativos, presentes ou futuros, de titularidade das Recuperandas, contabilizados como ativo circulante ou não circulante, que não integram Patrimônios de Afetação e sobre os quais não recaem ônus ou gravames, a saber caixa livre, unidades em estoque, recebíveis e terrenos, bem como (ii) os proventos, dividendos, unidades em estoque, recebíveis e terrenos que se encontram livres de quaisquer ônus ou gravames a que quaisquer Recuperandas fazem ou venham a fazer jus provenientes de ou pertencentes a (ii.a) sociedades que

não estejam sujeitas à Recuperação Judicial; e (ii.b) outras Recuperandas que tenham Patrimônios de Afetação, mas cuja obra tenha sido entregue e o respectivo financiamento à produção tenha sido integralmente quitado. Para fins de esclarecimento, os Ativos Complementares serão assim considerados somente após a dedução da sua contribuição proporcional nas Despesas Gerais e Administrativas incorridas pelo Grupo PDG, bem como das respectivas Despesas Diretas (Cláusula 1.6.11 do PRJ).

- **Ativos Concursais:** É a soma dos Ativos Imobiliários e Ativos Complementares.
- **Ativos Extraconcursais:** São os ativos onerados em favor de Credores com garantias extraconcursais (oriundos de créditos extraconcursais), ativos pertencentes à Patrimônios de Afetação e ativos pertencentes à SPEs não recuperandas.
- **Ativos Imobiliários:** São (i) ativos de titularidade das Recuperandas tais como Terrenos Hipotecados, Unidades Imobiliárias Hipotecadas, Recebíveis Empenhados, Quotas Empenhadas, entre outros, que tenham sido onerados em favor de Credores com Garantia Real, e que não integram Patrimônios de Afetação; e/ou (ii) empreendimentos imobiliários cuja construção tenha sido financiada por Credores com Garantia Real e que não estejam sujeitos ao regime do Patrimônio de Afetação (Cláusula 1.6.12 do PRJ).
- **Base dos Ativos Imobiliários e dos Ativos Complementares:** É a lista da integralidade dos Ativos Imobiliários que compõem cada Cluster, bem como dos Ativos Complementares, e que será atualizada gerencial e mensalmente pelo Grupo PDG e verificada na mesma periodicidade pelo Agente de Monitoramento Financeiro para fins de cálculo do valor das Despesas Gerais e Administrativas, nos termos da Cláusula 4.3.2.10.2

- **Cessão Fiduciária:** As dívidas garantidas por cessão fiduciária são consideradas extraconcursais nos termos do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101, de 2005. Nos termos desses contratos de garantia, os recebíveis provenientes de contratos de compra e venda de unidades imobiliárias são cedidos aos bancos como garantia pelos financiamentos. A partir do momento em que o financiamento é concedido, o recebível da unidade se torna propriedade do banco, nos termos da legislação aplicável. Em geral, quando a incorporadora vende o imóvel, em razão de processos operacionais adotados nos momentos de cobrança, o caixa decorrente da monetização dos recebíveis no tempo vai direto para os Credores, sem passar pela conta da incorporadora, ou fica bloqueado em contas bancárias vinculadas à respectiva operação de financiamento.
- **Classes de Credores (Credores Concursais):** São os titulares de Créditos Concursais. Os Credores Concursais são divididos, para os efeitos de votação do Plano ou eleição do Comitê de Credores em Assembleia de Credores, em 4 (quatro) classes: Classe I - Credores Trabalhistas, Classe II - Credores com Garantia Real, Classe III - Credores Quirografários e Classe IV - Credores ME/EPP, os quais sujeitam-se aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005.
- **Cluster:** É o Conjunto de Ativos Imobiliários atribuído à cada Credor com garantia real que tenham sido financiados por e/ou onerados em favor de referido Credor (Cláusulas 1.6.19 e 4.3.2.3).
- **Conta Centralizadora dos Ativos Complementares:** Conforme definido na Cláusula 4.3.2.9 é conta bancária na qual serão depositados os recursos provenientes da monetização de todos os Ativos Complementares, inclusive a título de distribuição de resultados, dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, contratos de mútuo, já líquidos das Despesas Diretas dos Ativos Complementares.
- **Conta Centralizadora dos Clusters:** Conforme definido na Cláusula 4.3.2.5, são as Contas Bancárias utilizadas para fins de implementação do Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários, na qual serão depositados mensalmente: (i) os recursos provenientes da monetização de todos os Ativos Imobiliários que compõem cada Cluster, já líquidos das Despesas Diretas dos Ativos Imobiliários; e (ii) quando aplicável, os recursos provenientes da monetização dos Ativos Complementares.
- **Contrato de Monitoramento (CM):** É o Contrato, datado de 22 de dezembro de 2017, formalizado entre PDG Realty S.A Empreendimentos e Participações – Em Recuperação Judicial e CCC Consultoria Financeira e Empresarial Ltda. (CCC). O CM detalha e complementa as atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro (AMF) conforme estabelecido pelo PRJ em sua Cláusula 4.3.2.11 (Atribuições do Agente de Monitoramento Financeiro) e em seu Anexo 4.3.2.1.11.1 (Sumário dos Termos e Condições do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com o AMF).
- **Correção Monetária (ou Correção Mon.):** É a correção aplicada aos recebíveis no período conforme Cláusulas contratuais presentes nos compromissos de compra e venda das unidades.

- **Crédito Concursal:** São os Créditos detidos pelos Credores contra as Recuperandas, ou pelos quais as Recuperandas possam vir a responder em decorrência de qualquer tipo de obrigação e/ou Coobrigação, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto ou não de disputa judicial ou procedimento arbitral, existentes na Data do Pedido, incluídos aqueles cujo fato gerador e/ou respectiva obrigação seja(m) anterior(es) e/ou coincidente(s) com a Data do Pedido, ou que decorram de contratos, instrumentos ou obrigações existentes na Data do Pedido (observando-se, em relação a obrigações de trato sucessivo, a ocorrência de cada evento sucessivo), sujeitos à Recuperação Judicial e que, em razão disso, podem ser reestruturados por este Plano, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Para fins de esclarecimento, são considerados Créditos Concurtais, sem prejuízo de quaisquer outros: (i) os Créditos contra quaisquer Recuperandas, na qualidade de incorporadoras de empreendimentos com Patrimônio de Afetação na hipótese de insuficiência dos ativos integrantes do referido Patrimônio de Afetação; e (ii) os Créditos decorrentes de ações judiciais movidas por adquirentes de unidades imobiliárias ou condomínios em empreendimentos sujeitos a Patrimônio de Afetação oriundos de, mas não se limitando a, responsabilidade civil, perdas e danos, indenização por danos material e moral. Ainda para fins de esclarecimento, os créditos decorrentes de obrigações de restituição dos valores pagos aos adquirentes de unidades imobiliárias em empreendimentos com Patrimônio de Afetação que tiverem optado por distratar seus contratos de compra e venda são de responsabilidade do Patrimônio de Afetação ao qual estão relacionados, enquanto o referido Patrimônio de Afetação não houver sido extinto, nos termos da Lei nº 4.591/1964 (Cláusula 1.6.30. do PRJ).
- **Crédito Extraconcursal:** São os Créditos detidos contra o Grupo PDG: (i) cujo fato gerador seja posterior à Data do Pedido; ou (ii) cujo direito de tomar posse de bens ou de executar seus direitos ou garantias não seria limitado ou alterado pelas

disposições deste Plano, uma vez que derivado de contratos celebrados antes ou após a Data do Pedido, de acordo com o art. 49, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.101/2005, tais como, alienações fiduciárias em garantia ou contratos de arrendamento mercantil. No que diz respeito a créditos garantidos por alienação fiduciária ou cessão fiduciária, o saldo remanescente do crédito após eventual excussão ou integral monetização da respectiva garantia não está incluído, para todos os fins, na definição de Créditos Extraconcurtais (Cláusula 1.6.31. do PRJ).

- **Custeio de G&A:** Indicam a origem das contribuições financeiras realizadas no período de análise dos (i) Ativos Imobiliários, e respectivo Cluster, (ii) dos Ativos Complementares e (iii) dos Ativos Extraconcurtais para fazer frente às Despesas Gerais e Administrativas (G&A) conforme definidas no PRJ.
- **Dação em Pagamento (Dação):** Tem o mesmo significado atribuído na Cláusula 4.3.3. do PRJ.
- **Data da Publicação da Homologação do Plano (Data Homologação):** É a data da publicação do despacho da homologação judicial do PRJ ocorrida em 18 de dezembro de 2017.
- **Data do Pedido de Recuperação Judicial (Data Pedido):** É a data de ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial do Grupo PDG ocorrida em 23 de fevereiro de 2017.

- **Despesas de Implementação:** Conforme especificado na Cláusula 1.6.4.7. do PRJ, são as obrigações decorrentes da implementação e cumprimento deste Plano exclusivamente de pagamentos a serem feitos a (i) Credores Trabalhistas, (ii) Credores Quirografários e Credores ME/EPP que exercerem validamente a Opção A, nos termos das Cláusulas 4.4.1.1 e 4.5.1.1; e (iii) Credores que tenham concedido Novos Recursos no interregno compreendido entre a Data do Pedido e a Homologação Judicial do Plano, em relação aos Novos Recursos concedidos e o montante do Crédito Quirografário objeto de migração nos termos da Cláusula 5.4. Para referência, as operações mencionadas no item (iii) anterior contratadas até a Aprovação do Plano estão listadas no Anexo 1.6.47.

- **Despesas Diretas dos Ativos:** São as despesas de monetização dos, Ativos Imobiliários, Ativos Complementares e Outros Ativos, originadas diretamente em cada um dos empreendimentos ou Ativos. Nos Ativos Complementares, as Despesas Diretas incluem despesas incorridas por Recuperandas que não sejam titulares de quaisquer ativos. Quando não pagas serão consideradas **Despesas Diretas dos Ativos Vencidas**. Tais Despesas Diretas, conforme PRJ, serão classificadas como: (i) Assistência Técnica: Despesas referentes a reparos e assistência técnica de obras; (ii) Condomínio/IPTU: Despesas de Condomínio e IPTU de unidades em estoque; (iii) Contencioso Futuro: Despesas relacionadas aos processos contenciosos de origem civil, fiscal e/ou trabalhista; (iv) Custo a incorrer: Despesas de Construção de Empreendimentos tais como: fundação, estrutura, instalações, etc.; (v) Custos de incorporação: Despesas com incorporação e serviços preliminares de Construção de Empreendimentos; (vi) Custos indiretos – Repasse: Despesas relacionadas com clientes relativas aos repasses dos financiamentos, tais como: tarifas bancárias, IBI, matrículas, seguros, etc.; (vii) Impostos: Despesas com impostos; (viii) Jurídico: Despesas com Honorários Advocáticos e Custas judiciais nas esferas civil, fiscal e trabalhista; (ix) Marketing: Despesas com marketing; (x) Movimentação SFH: Movimentações relativas a dívidas para financiamento de obras, tais como: juros e amortizações; (xi) Outros: Demais despesas, incluindo distratos; (xii) Refis e Créditos Tributários: Créditos tributários a recuperar e parcelamentos tributários.

- **Despesas Gerais e Administrativas (G&A):** São as despesas gerais e administrativas, consolidadas abaixo: (i) Não recorrentes: Gastos com reestruturação, gratificações (bônus e participações nos lucros) e rescisão/Multa FGTS; (ii) OPEX: Despesas administrativas (aluguel de imóveis, condomínio, energia elétrica, água e esgoto, serviços de guarda de documentos, motoboy, gastos com correios e postagens, fretes, carros, transportes, material de escritório, material de copa, cozinha e limpeza, assinaturas de revistas e jornais, impressos e reproduções, vigilância, segurança, serviços de limpeza e outras despesas administrativas), despesas de relacionamento com clientes, despesas financeiras (taxas e emolumentos, multas por infrações fiscais e custódia de agentes fiduciários), manutenção e infraestrutura (móveis e utensílios, máquinas, equipamentos, softwares, equipamento de informática, benfeitorias, imobilizado em andamento), serviços especializados (contábeis, terceirizados, auditoria, publicações de balanços e atas de assembleias, legalizações, serviços advocatícios, cartórios, despachantes e associações de classe), tecnologia (telefones fixos, manutenção de informática, locação de equipamentos, suprimentos de informática, manutenção e conservação de máquinas) e viagens (estacionamento, hospedagens, passagens aéreas, lanches e refeições, taxi e manutenção de veículos); (ii) Pessoal: Salários e Remuneração, Quitações de Empréstimo Consignado, Pensão Alimentícia, 13º Salário, Férias e Abonos, FGTS, INSS, IRRF - Folha de Pagamento, Contribuição Sindical, Assistência Saúde, Vale Transporte, Vale Refeição, Seguro de Vida, Bolsa de Estudos, Auxílio Refeição, Treinamento, Cursos e Seminários, Consultoria e Assessoria De RH, Doações e Contribuição Sindical Patronal; (iii) Outras Movimentações: Aplicação Financeira, Resgate, Aportes Saídas, Distribuição, Saída Intercompany, Distribuição Entrada Intercompany, Distribuição de Dividendos, Conta Corrente com SPEs – Entradas, Conta Corrente com SPEs – Saídas, Debenture (Entrada Caixa), Debenture (Saída Caixa), Liberação Mútuos, Amortização Mútuos, Mútuos Entradas, Mútuos Saídas); (iv) Valores a Classificar: Saídas não Atribuídas, Valores a Classificar.

- **Despesas Totais:** Soma das Despesas Diretas dos Ativos, Despesas Gerais e Administrativas (G&A) e Despesas de Implementação.
- **Despesas Totais Vencidas:** Soma das Despesas Diretas dos Ativos e das Despesas Gerais e Administrativas quando não pagas.
- **Despesas:** É o somatório das Despesas Diretas dos Ativos e as Despesas Gerais e Administrativas.
- **DIP:** Financiamento conhecido como "Debtor In Possession".
- **Distrato de Unidade Imobiliária (Distrato):** É a forma pela qual a PDG reconhece a extinção de um contrato de compra e venda firmado entre a vendedora (SPEs) e os seus clientes. Ao ser reconhecido pela PDG, o valor da unidade distratada passa a ser computado como Estoque e os seus respectivos recebíveis são extintos ou baixados.
- **Dívida Extraconcursal (Dívida Extraconcursal):** Representam as movimentações financeiras oriundas de créditos extraconcursais.
- **Entradas Operacionais:** É o somatório de todos os recebimentos oriundos de Recebíveis de Clientes e Outras Receitas.
- **Estoque:** São unidades imobiliárias não comercializadas ou sem contratos de compra e venda vigentes em data específica de empreendimentos concluídos ou não concluídos.
- **Fora RJ:** Referente a SPEs não Recuperandas.
- **Liberação SFH:** São recursos financeiros repassados/liberados para as SPEs da PDG no âmbito do SFH (Sistema Financeiro Habitacional).

- **Limites Globais do Plano RJ:** São limites máximos de Despesas Futuras do Cluster Totais de cada um dos Clusters os quais serão ajustados anualmente pelo IPCA ("Limites Globais"). Desde que observados os Limites Globais, as despesas referidas nesta Cláusula serão arcadas pelos recursos provenientes da monetização dos Ativos Imobiliários. Se, porventura, as despesas efetivas excederem aquelas previstas nos Limites Globais, as despesas excedentes serão arcadas pelos recursos provenientes da monetização de Ativos Complementares, salvo se houver aprovação do Credor com Garantia Real titular do respectivo Cluster para que os Ativos Imobiliários que compõem o referido Cluster arquem com as despesas aqui referidas.
- **Modelagem Financeira (Modelagem):** É o modelo lógico e matemático que possibilita estimar o valor de um determinado ativo(s) em função do fluxo de recebimento e pagamento do mesmo. Toda a modelagem se baseia em premissas e cenários definidos *ex-ante*. As projeções utilizadas no PRJ sobre os valores presentes ou futuros de qualquer ativo incluso no PRJ são de responsabilidade da PDG que, por sua vez contratou consultoria específica para auxiliá-la no processo de modelagem.
- **Monetização:** A viabilização da Recuperação Judicial e a amortização dos Créditos com Garantia Real mediante a monetização dos Ativos Imobiliários objeto das respectivas Garantias Reais depende, necessariamente, da manutenção de um sistema que viabilize: (i) a vinculação de cada Credor com Garantia Real ao conjunto de Ativos Imobiliários financiados por ou onerados em favor de referido Credor; (ii) a conservação dos Ativos Imobiliários ao longo do tempo e a preservação de seu valor, mediante custeio de despesas não sujeitas ao Plano e originadas diretamente pelos Ativos Imobiliários; (iii) a adoção de uma política de caixa mínimo que garanta o custeio das despesas associadas a tal preservação, sejam elas Despesas Diretas originadas pelos Ativos Imobiliários, Despesas Gerais e Administrativas para a preservação dos referidos Ativos Imobiliários, ou ainda, Despesas de Implementação do Plano; e (iv) a implementação das medidas necessárias para a eficiente comercialização e monetização dos Ativos Imobiliários ("Sistema de Monetização de Ativos Imobiliários").

- **NAV ou Prov. Fut. SPEs:** Net Asset Value (Valor Líquido dos Ativos), como usualmente utilizado é o Valor total dos ativos menos o Valor total dos passivos de uma determinada Empresa/SPE. Para fins deste RMM e, de acordo com a metodologia adotada pela PDG e repassada à CCC o NAV de uma Empresa/SPE utilizado para compor as bases de Ativos é calculado com como segue: NAV= Total de Ativos (Caixa +Recebíveis + Estoque + Terrenos) – Total de Passivos (Corretagem + Dívida SFH + Custos a Incorrer + Impostos Atrasados + Novos Impostos + Contencioso + Outros Valores)
- **Opções dos Credores Classe II – Garantia Real:** É o direito de escolha, dentre um determinado número de opções oferecidas no PRJ, da alternativa de recebimento de seus Créditos Concurais, conforme Cláusula 4.1.2.
- **Opção A - Sistema de Monetização dos Ativos Imobiliários:** Os Credores com Garantia Real terão seus Créditos amortizados mediante pagamento com recursos advindos da monetização dos Ativos Imobiliários integrantes dos respectivos Clusters, mantendo-se, assim, a homogeneidade de tratamento entre os Credores com Garantia Real, e o paralelismo entre o risco de crédito assumido pelos Credores com Garantia Real à época da concessão de financiamentos ao Grupo PDG e a recuperação de crédito nos termos deste Plano, conforme Cláusula 4.3.2
- **Outras Receitas:** São todas as receitas não provenientes diretamente de recebíveis das unidades imobiliárias adquiridas pelos clientes, tais como, mas não se limitando a, (i) lucros com aplicações financeiras, (ii) serviços de intermediação imobiliária, (iii) aluguéis de imóveis, (iv) dividendos e (v) venda de terrenos.
- **Outras Variações:** São quaisquer variações que impactem o valor dos ativos no período que não sejam derivados dos motivos explicitados, tais como, mas não se limitando a: (i) ajustes de recebíveis por sentenças de acordos judiciais, (ii) baixas retroativas, (iii) estorno de baixa de recebíveis, (iv) ajustes de saldo/fluxo de recebíveis, (v) outras movimentações.
- **Outros Ativos:** Quaisquer ativos da PDG S.A. que não façam parte dos Ativos

Imobiliários e Ativos Complementares.

- **Patrimônio de Afetação (PA):** São os patrimônios segregados por regime de afetação, constituídos nos termos da Lei n.º 4.591/1964, cujos bens, direitos e obrigações foram excluídos da Recuperação Judicial e, portanto, não estão sujeitos aos efeitos do Plano, nem são e/ou poderão ser diretamente afetados pela Recuperação Judicial e/ou pelas disposições deste Plano (Cláusula 1.6.70. do PRJ)
- **Plano de Recuperação Judicial (PRJ):** É o Plano homologado em despacho datado de 18 de dezembro de 2017 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativo ao processo 1016422-34.2017.8.26.0100 decorrente do pedido de recuperação judicial impetrado pelo Grupo PDG em 23 de fevereiro de 2017, com base na Lei de Recuperação Judicial e Falências, deferido em 2 de março de 2017 pelo MM. Juízo titular da referida comarca.
- **Pós RJ:** Referente a acontecimentos posteriores ao pedido de Recuperação Judicial da PDG (23/Fev/17).
- **Pré Petition:** Referente a acontecimentos anteriores ao pedido de Recuperação Judicial da PDG (23/Fev/17).
- **Projeção Trimestral de Despesas Futuras do Cluster de Curto Prazo (Projeção Trimestral):** São os valores de despesas projetados pelo Grupo PDG, enviados mensalmente ao Agente de Monitoramento Financeiro contendo as despesas futuras de curto prazo dos 3 (três) meses subsequentes, especificando: Despesas Diretas do Cluster, Despesas Gerais e Administrativas e Despesas de Implementação (“Projeção Trimestral”). A Projeção Trimestral deverá conter ainda a projeção do Valor do Caixa Mínimo para o respectivo trimestre e demais atributos conforme Cláusula 4.3.2.8.6. do PRJ.
- **Projeto:** São os projetos ou empreendimentos imobiliários do Grupo PDG desenvolvidos no curso normal de suas atividades.

- **Prov. Fut. SPEs ou NAV:** Net Asset Value (Valor Líquido dos Ativos), como usualmente utilizado é o Valor total dos ativos menos o Valor total dos passivos de uma determinada Empresa/SPE. Para fins deste RMM e, de acordo com a metodologia adotada pela PDG e repassada à CCC o NAV de uma Empresa/SPE utilizado para compor as bases de Ativos é calculado com como segue: $NAV = \text{Total de Ativos (Caixa + Recebíveis + Estoque + Terrenos)} - \text{Total de Passivos (Corretagem + Dívida SFH + Custos a Incorrer + Impostos Atrasados + Novos Impostos + Contencioso + Outros Valores)}$
- **Quotas Empenhadas:** São as quotas de emissão de SPEs que foram empenhadas em favor de Credores Concursais no âmbito de contratos de financiamento celebrados pelo Grupo PDG, conferindo aos respectivos Créditos Concursais a natureza de Crédito com Garantia Real.
- **Recebíveis:** São os direitos creditórios, de titularidade das SPEs, oriundos de compromissos de venda e compra celebrados por tais SPEs com clientes.
- **Receita Clientes:** É a somatória das receitas provenientes dos Recebíveis.
- **Relatórios Mensais de Monitoramento (RMM):** São os RMMs com as consolidações de informações, executadas pela CCC – Agente de Monitoramento Financeiro, com base nas atribuições previstas em contrato de monitoramento, os quais deverão ser, na mesma periodicidade, apresentados pelas Recuperandas nos autos da Recuperação Judicial e disponibilizados no website do Grupo PDG (Cláusula 4.3.2.11.1. do PRJ).
- **Saldo:** Saldo em caixa resultado de negociações com o Estoque.
- **SPEs:** São as Sociedades de Propósitos Específicos, utilizadas pelo grupo PDG para o desenvolvimento de Projetos e/ou Empreendimentos Imobiliários, via de regra.
- **Status Negociação G&A:** É o quadro que indica o percentual dos ativos cujos Credores acordaram ou não, na data base deste RMM, com a contribuição ao custeio das Despesas Gerais e Administrativas (G&A).
- **Terrenos:** São terrenos de titularidades de SPEs que compõe o Ativos da PDG S.A, também podem ser referidos individualmente ou no conjunto como LandBank.
- **Teste Anual de Aderência:** Tem o significado atribuído na Cláusula 4.3.2.10.4. do PRJ.
- **Total de Ativos Cluster:** É a totalidade dos ativos imobiliários pertencentes às SPEs do Cluster.
- **Total de Ativos Complementares:** É a totalidade dos Ativos Complementares.
- **Total de Ativos Concursais:** É a totalidade dos Ativos Concursais.
- **Total de Ativos PDG S.A.:** É a totalidade dos Ativos Concursais e Ativos Extraconcursais da PDG S.A.
- **Unidades Imobiliárias:** Compreendem as unidades autônomas e lotes concluídos ou em construção.
- **Valor a Receber:** É a totalidade dos valores devidos pelos Clusters aos Ativos Complementares, proveniente de adiantamento realizados para adimplência das obrigações dos Clusters devido a falta de recursos. Estes valores deverão ser reembolsados aos Ativos Complementares conforme Cláusula 4.3.2.7

- **Valor a Reembolsar:** É o valor devido pelo Cluster aos Ativos Complementares, proveniente de adiantamento realizados para adimplência das obrigações do Cluster devido a falta de recursos. Este valor deverá ser reembolsado aos Ativos Complementares conforme Cláusula 4.3.2.7.
- **Valor AJ:** Valor das Despesas de Implementação indicado pelo Administrador Judicial da PDG para os Credores Classe I e os Credores Classe III e IV que optaram pela Opção A como forma de pagamento, limitando-se a R\$ 35.000,00 para os Credores Classe III e R\$ 20.000,00 para os Credores Classe IV.
- **Varição dos Ativos:** É a Diferença entre o total de ativos no período.
- **Vendas Brutas:** Tem como base de cálculo os contratos de compra e venda de unidades imobiliárias firmados entre as SPEs e os clientes. Com o compromisso acordado entre as partes, o valor da unidade deixa de ser computado como Estoque e passa a ser considerado como valores de seus Recebíveis na composição do total de ativos.

- ✓: Monitorado
- **Acum.:** Acumulado
- **AJ:** Administrador Judicial
- **AMF:** Agente de Monitoramento Financeiro ou CCC
- **AMR:** Ajuste Monetização de Recebíveis
- **APVR:** Ajuste Preço de Venda Realizada
- **B:** Indica que os valores estão representados em Bilhões.
- **BB:** Banco do Brasil S.A.
- **Bradesco:** Banco Bradesco S.A.
- **Brinks:** Transpar Brinks
- **CEF:** Caixa Econômica Federal
- **Cód.:** Código
- **Cx. Mínimo:** Caixa Mínimo
- **ERP:** Enterprise Resource Planning (Sistema de Gestão Empresarial)
- **Estoque:** Conforme definido no glossário
- **Fut.:** Futuro
- **Itaú:** Itaú Unibanco S.A. (BBA)
- **Maria Helena:** Maria Helena Gomes Vautier
- **M-1:** Mês data-base. Mês imediatamente anterior à elaboração do RMM.
- **M0:** Mês de recebimento dos dados com data base M-1, elaboração e disponibilização do RMM relativo a M-1.
- **M1:** Mês imediatamente posterior a M0.
- **M2:** Dois meses imediatamente posterior a M0.
- **MM:** Indica que os valores estão representados em Milhões.
- **Mon.:** Monetária
- **NA:** Não Aplicável
- **NAV:** Net Asset Value
- **ND:** Não Disponível
- **S.A.:** Sociedade Anônima
- **SFH:** Sistema Financeiro Habitacional
- **SPE:** Sociedade de Propósito Específico
- **PA:** Patrimônio de Afetação
- **PRJ:** Plano de Recuperação Judicial
- **Proj.:** Projetado
- **Prov.:** Proventos
- **Prov. Fut.:** Proventos Futuros
- **Real.:** Realizado
- **Rec.:** Recebíveis
- **Rec. Terrenos:** Recebíveis Terrenos
- **Recebível:** Conforme definido no glossário
- **RMM:** Relatório Mensal de Monitoramento
- **Saldo:** Conforme descrito no Glossário
- **Terrenos:** Conforme descrito no Glossário
- **Un.:** Unidade
- **Votorantim:** Banco Votorantim S.A.